



Linha do Tucum

artesanato da amazônia

Projeto socio ambiental no vale do Rio Juruá

Este livro é resultado do Projeto Linha do Tucum: Artesanato Amazônico, executado entre os anos de 2008 e 2009 pelo Instituto de Estudos da Cultura Amazônica - IECAM, com patrocínio da Petrobras e do Ministério da Cultura, contando com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Os capítulos que compõem esta obra buscam proporcionar ao leitor um entendimento do contexto histórico, geográfico, socioeconômico, cultural e ambiental de formação da Vila Ecológica Céu do Juruá, bem como do papel que a valorização de saberes tradicionais, associada ao desenvolvimento de novas técnicas artesanais, assume na consolidação de um modelo comunitário, ecológico e espiritualista de ocupação dos ambientes amazônicos.

O material aqui reunido traz ainda informações gerais das principais espécies utilizadas no artesanato local, incluindo dados de habitat e ecologia, distribuição geográfica, fenologia, usos e importância econômica, além de curiosidades e dados etnobotânicos colhidos durante o trabalho de pesquisa.

O material aqui reunido traz ainda informações gerais das principais espécies utilizadas no artesanato local, incluindo dados de habitat e ecologia.

A implantação da Oficina Escola de Artesanato, vem não só disseminar a técnica ancestral de fiação da linha do Tucum e capacitar grupo de artesãos, como também estimular o intercâmbio de conhecimento e matéria-prima com outras comunidades, favorecendo o desenvolvimento do estudo agroflorestal das espécies utilizadas e garantindo o equilíbrio agroecológico da atividade extrativista.

Esperamos que esse material sirva para estimular experiências similares em outras comunidades do Vale do Juruá, e mobilizar pesquisadores e estudiosos preocupados com a integração dos saberes científico e popular, visando a construção de um modelo de desenvolvimento socioeconômico que leve em conta o respeito e a lealdade ao ser humano, ao planeta Terra e a todos os seres que nele habitam.

Gabriel Domingues
Pesquisador do IECAM



Linha do Tucum
artesanato da amazônia

Coordenação Editorial

Vera Fróes Fernandes.

Pesquisa e Texto

Vera Fróes, Gabriel Domingues, Evandro Ferreira, Alexandre Quinet, Regina Abreu, Nina Lys Abreu e Nancy Katz

Colaboração de Pesquisa e Texto

Arlete Maciel, Déborah Minardi e Veraluz Imperial.

Informantes locais

Alfredo Gregório de Melo, Nercil Mota Melo, Antônio Francisco Correia da Silva, Antônio Francisco dos Santos, Carlos Augusto Assem de Carvalho, Francisco Alexandre da Silva, Francisco das Chagas Alves da Silva, Francisco das Chagas de Oliveira, José Campos dos Reis, José Francisco Simão de Oliveira, Ricardo Alves de Melo, Sebastião Francisco Simão de Oliveira, Adilson Maciel (Malunga) e as fiandeiras do Tucum: Edilene Firme da Silva, Francisca Maria Alves da Silva, Francisca Nonata da Costa, Maria Rosineide Mendes, Maria Simão Ferreira.

Transcrição de entrevistas

Déborah Minardi, Gabriel Domingues, Veraluz Imperial e Vera Fróes.

Fotografias

Nina Lys Abreu, Gabriel Domingues, Vera Fróes, Veraluz Imperial, Nancy Katz, Marco Imperial, Marcus Athaydes e Agni Rowena Villaça.

Desenho

Ronaldo Ferreira de Souza.

Colaboração

Evandro Ferreira, Luciana Limpo de Abreu, Neide Nunes, Noilton Nunes.

Projeto gráfico

Carlos Gustavo Nunes Pereira – Guta.

Produção Editorial

Carlos Gustavo Nunes Pereira – Guta.

Revisão de Texto

Neide Nunes, Veraluz Imperial e Gabriel Domingues

Linha do Tucum: artesanato da Amazônia / Vera Froes...[et al.]. - Rio de Janeiro, 2010.

Bibliografia

ISBN 978-85-63405-00-5

Copyright © 2010 Instituto de Estudos da Cultura Amazônica

Todos os direitos reservados:

Instituto de Estudos da Cultura Amazônica.

Rua General Polidoro 182

22280-000 Rio de Janeiro Brasil

Tel: (21) 3643 6161

iecamrj@gmail.com

www.iecam.org.br

Agradecimentos

À Petrobras e ao Ministério da Cultura, à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID, ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, à Prefeitura Municipal de Ipixuna (AM), à Imagine Arte Cultura, à Biblioteca da Floresta (AC) e ao Governado Estado do Acre.

Ao Carlos Gustavo Nunes Pereira – Guta, especialmente, pelo incansável trabalho dedicado a dar vida e forma à este livro.

Ao líder comunitário Alfredo Gregório de Melo, pelo suporte e incentivo indispensáveis, e à toda comunidade da Vila Ecológica Céu do Juruá, especialmente às fiandeiras e artesãos que acreditaram nesse trabalho, por toda mobilização e por tudo que nos ensinaram sobre a vida na floresta. Aos professores José Campos dos Reis, Cristianne Patrícia de Santana e Victor Maia.

À Elizabeth Cristina Mendes e Geraldine Fyneman, que “amadrinharam” o projeto no Juruá. À todas as comunidades do Vale do Juruá e às associações regionais: Associação de Apoio ao Agro-extrativismo de Ipixuna; Associação dos Produtores e Trabalhadores do Agroextrativismo de Rodrigues Alves; Associação de Agroextrativismo do Médio Juruá; Associação de Moradores e Produtores de Novo Destino; à comunidade Vila Céu do Mapiá, no Vale do Purus; à diretoria do Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra - CEFLURIS e a Fundação Padrinho Sebastião Mota de Melo.

Ao especialista em palmeiras Evandro Ferreira, botânico pesquisador do Instituto de Pesquisa da Amazônia - INPA e do Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre - UFAC, pelas valiosas informações compartilhadas acerca do Tucum e das palmeiras.

Aos jornalistas Flaviano Schneider, Elson Martins e Nelson Leano. À historiadora Fátima Almeida, ao prof. Marcus Athaydes da UFAC, ao designer gráfico Maurício Galvão, à Fayane Fernandes, Marcial Lopes, Marly Fróes, Alicia Silvestre e Alexandre Nascimento dos Santos, pelo apoio fundamental.

Aos professores Cléber Solimon, do Centro de Ciências Biológicas e da Natureza da UFAC, Bruno Mendonça do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM da Universidade Federal de Viçosa -UFV pela colaboração na elaboração dos mapas.

Ao comércio local; Inácio Palace Hotel, Rio Branco (AC); Swamy Hotel, Cruzeiro do Sul (AC); Comércio Vidal Magalhães, Ipixuna (AM) e Photo Santa Tereza, Teresópolis (RJ).

A todos os membros da equipe técnica do projeto e a todos aqueles que contribuem para a construção de um novo tempo e de uma nova forma do homem estar no mundo.

Vera Fróes Fernandes

O nome científico é *Astrocaryum chambira*, mas para a população de um vasto espaço no coração da floresta amazônica o nome da palmeira de cuja fibra se tece uma linha resistente, que jamais se rompe, é Tucum. Justamente pela sua resistência perene, a Linha do Tucum é conhecida, entre os indígenas da região do Médio Juruá, como Linha da Lealdade.

A arte da fiação da fibra do Tucum é ancestral, vem dos povos Kulina e Katukina pelos séculos afora. Preservá-la é, pois, uma questão de lealdade com nossa herança cultural.

O projeto Linha do Tucum tem como objetivo valorizar essa tradição e capacitar artesãos da região do Médio Juruá na confecção de objetos e utensílios. Até pouco mais de meio século, a fibra do Tucum era a única empregada na feitura de redes de dormir, nas tarrafas de pesca e roupas. Na década de 1950 chegou o nylon, e com ele a ameaça de extinção de uma tradição de muitos séculos. Resgatá-la e preservá-la é um dever de todos.

No livro “Linha do Tucum: Artesanato da Amazônia” está registrado todo o processo de produção e coloração natural da linha do Tucum. Ou seja: todo o processo gerado por uma tradição que não pode desaparecer.

O projeto “Linha do Tucum” conta com patrocínio da Petrobras. Justamente por ser uma empresa comprometida com o futuro, a Petrobras valoriza de forma extrema a herança recebida do passado. No caso específico da nossa atividade, essa herança está relacionada com a dedicação, o esforço e a extrema capacidade dos pioneiros da história do petróleo em nosso país. Mas, olhando de maneira mais ampla, somos devedores à tradição de persistência e de criatividade do povo brasileiro. Por isso, em nosso Programa Cultural Petrobras, damos ênfase a projetos que possam contribuir para resgatar e preservar a herança cultural de todos os povos que conformam a nossa identidade coletiva – o rosto de um país chamado Brasil.

Índice

6	Introdução
11	Apresentação
15	A origem do projeto
18	Viagem ao Vale do Juruá
28	A comunidade
48	Educação agroflorestal
52	O Tucum
72	Espécies botânicas do artesanato
106	Sementes e artesanato
122	Considerações finais
124	Referências bibliográficas

Introdução

Tecendo a tradição e valorizando o patrimônio imaterial na Amazônia

Quando uma técnica antiga desaparece, junto com ela perde-se todo um conjunto de saberes, tradições e formas de organização do trabalho. O conhecimento tradicional associado ao uso da linha do Tucum constitui exemplo emblemático. Os povos da floresta detêm importante conhecimento sobre o aproveitamento e a utilização desta linha confeccionada a partir do aproveitamento de folhas de uma palmeira endêmica da região amazônica. Todo o preparo da linha bem como suas diferentes formas de utilização expressam formas peculiares de sociabilidade e de transmissão do conhecimento. Além disso, a linha do Tucum e todos os produtos confeccionados a partir dela são naturalmente biodegradáveis, não representando riscos para o ciclo da vida nas florestas e significando uma via para o desenvolvimento sustentável na região. Vivendo num planeta permanentemente ameaçado pelo esgotamento das fontes energéticas à base do petróleo e pelas sucessivas crises ambientais provocadas pelo modelo de progresso desenvolvimentista, podemos dizer que estes conhecimentos tradicionais transmitidos de gerações a gerações constituem a expressão de um tesouro incalculável não apenas para os povos da floresta mas para o conjunto da humanidade. Por todos estes motivos, a pesquisa que aqui apresentamos em forma de livro certamente surpreenderá como importante empreendimento de sistematização e de valorização de técnicas e

usos já considerados em desaparecimento e que passarão a ter um valor extraordinário nos próximos anos. Neste sentido, congratulo-me com a equipe do projeto, com a comunidade Vila Ecológica Céu do Juruá, liderada por Alfredo Gregório de Melo, e com a Petrobras que se tornou importante parceira por meio do edital de apoio a projetos de “Patrimônio Imaterial”.

Paralelamente, o debate internacional sobre as fontes energéticas do planeta e especialmente a sinalização dos ambientalistas para a crise das fontes fósseis de energia, fez com que fosse desencadeada uma corrida para formas alternativas de conhecimento sobre fontes naturais. É nesse contexto que entrou em cena categorias como “meio ambiente” e “biodiversidade”. O que antes era entendido como território da “natureza” transformou-se em “questão ambiental” e “biodiversidade”, e o que antes integrava o continente da “cultura” passou a ser esquadrinhado como forma de manejo das “riquezas naturais” para usos futuros. O uso de conceito de “conhecimento tradicional” tem a ver com este duplo movimento: de um lado, a “patrimonialização das diferenças”; de outro lado, a potencialização das “riquezas naturais” num mundo onde crescem os sinais de grandes crises energéticas.

A criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, por meio do Decreto Federal n. 3551, de 4 de agosto de 2000 instituiu dois mecanismos de valorização dos chamados aspectos imateriais do patrimônio cultural: o inventário dos bens culturais imateriais e o registro daqueles considerados merecedores de uma distinção por parte do Estado. São considerados bens culturais imateriais, as festas, celebrações, narrativas orais, danças, músicas, modos de fazer artesanais, enfim, um conjunto de expressões culturais que não estão representadas pelo chamado patrimônio material ou tangível. Neste contexto, atribui-se grande relevo para o “saber fazer” que tangencia a noção de “conhecimento tradicional”. Para implementar a política do Patrimônio Imaterial que pretende identificar e proteger a diversidade do patrimônio cultural brasileiro foram instituídos quatro livros

de registro que espera-se venham ter a força do instituto legal do tombamento. São eles: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares. O processo do registro é coordenado pelo IPHAN, cabendo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a competência de inscrever bens culturais de natureza imaterial nos livros de registro. O instituto do registro tem como objetivo a valorização dos bens inscritos. O Estado fica obrigado a reunir e divulgar documentação ampla acerca de cada bem legalmente reconhecido. Trata-se portanto de contribuir para a identificação, a promoção e a preservação de bens culturais de natureza imaterial, reconhecendo-os como patrimônio em permanente processo de transformação.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial apoia ações voltadas para a pesquisa, divulgação e fomento. Essa nova política está sendo implementada de forma descentralizada, com a participação de órgãos do governo federal, dos estados, dos municípios e de organizações da sociedade civil. As pesquisas para compor este Inventário podem ser realizadas por diferentes agentes em múltiplas parcerias do Estado com a sociedade civil visando identificar, documentar e reconhecer os bens que integram o patrimônio cultural brasileiro cuja preservação escape ao âmbito do instrumento legal do tombamento (área restrita à proteção ao patrimônio material). Apropriando-se de um conceito antropológico de cultura, o trabalho de inventário e registro do patrimônio imaterial agrega várias áreas, desde celebrações e modos de expressão até modos de fazer. Neste último quesito, o tema do “conhecimento tradicional” aparece com pleno vigor e se cruza ao tema da “biodiversidade” e dos “recursos genéticos”. O uso sustentável da palmeira do Tucum constitui um patrimônio imaterial dos povos da floresta. Os resultados da pesquisa aqui apresentados configuram o primeiro passo de um inventário que sistematiza algumas das características deste conhecimento tradicional na comunidade extrativista Vila Ecológica Céu do Juruá, na Amazônia. Os realizadores deste inventário são agentes múltiplos – profissionais de vários campos do saber que atuam de maneira inter-

disciplinar e intercultural, em permanente integração com a comunidade. Muitas parcerias tiveram lugar para que o projeto se realizasse: uma organização não governamental - o Instituto de Estudos da Cultura Amazônica; uma comunidade - a Vila Ecológica Céu do Juruá; uma produtora cultural - a Imagine Arte e Cultura; setores do Governo do Acre e do Amazonas que apoiaram o projeto em diversas etapas; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro; a Petrobras; a AECID - Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e também apoios de pessoas que deram suporte em vários momentos.

Com a difusão para o público dos resultados desta pesquisa sobre a linha do Tucum, bem como da ação empreendida pela equipe do projeto para a dinamização do artesanato local com o uso desta linha, descortina-se novo horizonte. Novas parcerias são estabelecidas, o conhecimento tradicional associado ao uso do Tucum é valorizado, culturas tradicionais e populares são promovidas e preservadas como fontes de inspiração para a criatividade contemporânea. Temos a certeza de que este trabalho contribui para a consolidação e perpetuação da diversidade cultural sobre a terra - base para o desenvolvimento do multiculturalismo considerado como uma das estratégias para a construção da paz no mundo, missão principal da UNESCO, das Nações Unidas e de todos os cidadãos e todas as cidadãs comprometido(a)s com novas alternativas de sustentabilidade e de esperança para o planeta.

Regina Abreu

Antropóloga, consultora do Projeto Linha do Tucum



Apresentação

O presente livro integra o projeto “Linha do Tucum: Artesanato Amazônico”, encaminhado em 2008 à seleção pública do Programa Petrobras Cultural na área de Patrimônio Imaterial, cujo objetivo é valorizar o artesanato caboclo na arte da fiação da linha do Tucum e de outras palmeiras e sementes da floresta amazônica, visando a sustentabilidade econômica da comunidade extrativista, através da comercialização dos produtos artesanais e o manejo adequado das espécies.

Inicialmente pensamos em um “livro cartilha” didático, destinado especialmente às comunidades do Vale do Juruá, a fim de estimular a produção de um artesanato com recursos florestais não madeireiros, atividade de baixo impacto ambiental. Na medida em que organizávamos os textos, percebíamos que o livro poderia ter uma abrangência maior: escolas, entidades de pesquisa, empresas, universidades, professores, estudantes e todos os que acreditam que só é possível o desenvolvimento econômico aliado à conservação do meio ambiente para garantir a perpetuação das espécies e o equilíbrio do planeta.

Reunimos dados de campo, materiais de pesquisa bibliográfica, entrevistas realizadas com o especialista em palmeiras Evandro Ferreira, do Parque Zoobotânico da UFAC, e com os especialistas da comunidade Vila Céu do Juruá: mateiros, erveiros, fiandeiras e curandeiros, procurando integrar a sabedoria popular e o conhecimento científico. Destacamos o personagem Tucum, “entidade palmeira” de especial grandeza no universo

material e mítico da comunidade. Sua história está intimamente ligada às tradições indígenas, aos ciclos da borracha, à vida nos antigos seringais e à sobrevivência dos povos da floresta. Assim, o Tucum com sua poderosa linha, envolveu a todos, deu alguns “nós”, mas não se rompeu, mostrando porque é chamada a “linha da lealdade”. Com essa linha costuramos a história da comunidade, construída nos relatos e registros orais diários, norteando e alinhavando a elaboração do trabalho.

No capítulo “Comunidade”, procuramos situar com precisão a localização do seringal Adélia, elaboramos mapas para que o leitor tivesse a noção das grandes distâncias percorridas. Citamos as maravilhas e as dificuldades enfrentadas no cotidiano dos povos que habitam a exuberante floresta pluvial amazônica – por um lado a carência de transporte, inexistência de comunicação, epidemia de malária, e por outro, uma biocultura fantástica, uma riqueza incalculável de conhecimentos tradicionais ligados à enorme biodiversidade local e recursos genéticos. Retrato de um Brasil multirracial, multicultural, exaltado e ao mesmo tempo esquecido.

O capítulo Educação Agroflorestal não estava previsto mas ganhou espaço porque se destacou no processo educacional. Vimos a importância das palestras na escola sobre meio ambiente, saúde, cidadania e das práticas de cultivo e manejo, além dos experimentos de agrofloresta com as espécies utilizadas no artesanato, pois entendemos que assim é possível alcançar a tão sonhada sustentabilidade.

As oficinas de fiação da linha do Tucum e tingimento natural integraram o capítulo “O Tucum” com a fundamental colaboração das “mães fiandeiras”, que explicaram passo a passo o trabalhoso processo. Não sabemos se, no final do livro, o leitor saberá diferenciar o linho da linha ou o olho da palha, afinal essa é uma tarefa para especialistas como os povos indígenas do Vale do Juruá, mestres dessa técnica elaboradíssima tão bem assimilada pelas comunidades caboclas do Médio Juruá.

O livro reuniu as principais espécies de palmeiras e leguminosas utilizadas no artesanato, com informações gerais e dados etnobotânicos inte-

ressantes, e fotos que ajudam a identificar as espécies. No final é apresentado o resultado do casamento das linhas com as sementes, na arte cabocla elaborada pelas artesãs e artesãos, esbanjando formas e cores diferentes, retratando a magia da floresta.

A equipe técnica multidisciplinar, formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento, mostrou no decorrer do livro diferentes abordagens metodológicas e formas de expressão, cada um com sua linguagem e reflexão. O design gráfico não só graduou o trabalho, mas trouxe luz em todo o desenvolvimento do livro.

Para a comunidade, tão importante quanto o produto final, foi o processo, a valorização do conhecimento, a promoção da autoestima, o aprendizado, transformando a Oficina Escola de Artesanato em um ponto de encontro para troca de experiências, transmissão de conhecimentos, socialização, arte, terapia e criatividade. Local onde se teceu o fio da história de um povo que vem superando os desafios da sobrevivência na floresta com uma fé, coragem, habilidade e solidariedade admiráveis.

Esperamos que esse valioso patrimônio cultural imaterial seja como uma semente consciente, que cresça, floresça e se multiplique por muitas gerações, além de nossos filhos e netos.

Vera Fróes Fernandes

Historiadora, presidente do IECAM, coordenadora do projeto Linha do Tucum



Mali Kumpi
Eranak
1000000000

Mali Kumpi
Eranak
1000000000

Mali Kumpi
Eranak
1000000000

Mali Kumpi
Eranak
1000000000

A Origem do Projeto

Aqui no Juruá foi onde meu pai, Sebastião Mota de Melo, morou e construiu família. Quando eu tinha sete para oito anos de idade nós fomos para o Acre. Desde esse tempo até 1996, estivemos distantes dos que ficaram por aqui. Dessa forma, quando retornei ao Juruá eu tinha duas finalidades: uma que era resgatar a minha família aqui na região do Vale do Juruá, dos quais estava separado há quarenta anos, e outra era rever as terras do Seringal Adélia que, pelo que recordava, era muito boa, com muita água e muitos lagos, na frente do Rio Juruá. Então tinha o interesse de rever esse local e adquirir essas terras, já que foi o lugar onde eu nasci.

Eu já tinha essa meta de abrir um local na floresta como um centro especial, um centro de informação e educação ambiental e espiritual. Trabalhamos aqui na abertura desse espaço junto com um grupo de mateiros, pessoas conhecedoras da floresta.

O destino era esse: fazer novas comunidades no modelo espiritualista, religioso e ecológico, para que pudéssemos assim aprender e ensinar o respeito pelo meio ambiente, pela natureza. Um modelo especial de sobreviver sem derrubar a floresta.

Fomos encontrar na doutrina a linha do Tucum que traz toda lealdade, e aí associamos, muito bem, com a linha do Tucum que sempre foi muito leal com os seus moradores. De 100 anos para cá as pessoas já viviam tirando linha do Tucum. Há 100 anos atrás ninguém ouvia falar em linha de costura e nylon, costurava-se com a linha de Tucum e os índios tinham a sua aplicação na fabricação de roupas, redes e tarrafas.

O Tucum como uma palmeira específica daqui, uma espécie abençoada da região, está sendo colocado no projeto como carro chefe. Ele não só dá a semente como dá o linho para costurar e enganchar outra semente e ainda traz consigo o histórico da sua utilização pelos povos da floresta.

Aqui a gente tem o Tucum nativo mas ao mesmo tempo temos o plantio em mata ciliar, em áreas de capoeira. Ele é nativo dessa segunda mata, surgida depois da derrubada que foi feita na época do patrão das borrachas, que também trabalhava com lavoura, exportando para Manaus produtos alimentícios como a farinha, a batata e o grumixó (açúcar mascavo).

Então, temos esse reflorestamento das espécies, que estão agora bastante valorizadas pelo artesanato: a palmeira Tucum, a tucumã, o açai, a bacaba, o patuá, a paixiuba, a paixiubinha, o paxiubão, e outros tipos de palmas menores como o marajá e o mambaca e outras sementes da floresta. Mas dentre estas, nós temos a palmeira Tucum como uma presença bem forte.

Mas não é só o Tucum, aqui também tinha o paneiro que é feito de uma sororoca, que chama canela de jabuti, do qual se tira a casca. Todo legume saía envolvido num paneiro protegido por folha. O paneiro era forrado com folha de tarumã, uma folha que dá um cheiro bom na comida. Tanto o açúcar, quanto a farinha, a goma e várias outras coisas, saíam daqui empaneiradinhos, com trabalho artesanal. Até mesmo a vassoura não vinha pra cá. Tudo era feito para a sobrevivência, tudo era feito de forma artesanal: cipó titica, cipó timbó, o imbé, tudo isso era utilizado.

Estamos reconhecendo que aqui no Seringal Adélia, realmente é um lugar onde se viveu muito do artesanato, muito das coisas naturais daqui. Hoje os que têm entre quarenta e sessenta anos ainda sabem um pouco da tecelagem e do aproveitamento dos recursos da floresta. Os que têm menos de quarenta anos já perderam muito com a chegada das coisas industriais. Mas estamos aqui fazendo por onde resgatar a nossa história e com essa ajuda do projeto da Petrobras, tentar botar isso para os jovens continuarem tendo esse aprendizado na sua vida. Melhor seria se a gen-

te pudesse ter a continuidade desse projeto para qualificar e aperfeiçoar mais o trabalho das pessoas, de forma que ele se torne mais produtivo e possa trazer não só o sustento, mas também ser um grande motivo de não derrubar a floresta, de não se depredar a natureza.

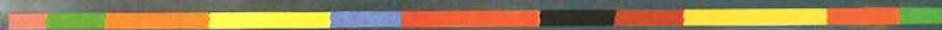
Mantendo a floresta em pé e também adiantando muito o projeto de artesanato, poderemos ensinar bastante o respeito pelo meio ambiente. Plantando e reflorestando podemos nos organizar para ter e continuar tendo as riquezas que a floresta oferece.

Alfredo Gregório de Melo

Idealizador do projeto de artesanato, líder comunitário da Vila Ecológica Céu do Juruá,
Ipixuna (AM). Agosto de 2009



VIAGEM AO VALE DO JURUÁ





A VIAGEM AO VALE DO JURUÁ

O Projeto

A oportunidade de trabalhar na Floresta Amazônica, navegar seus rios e igarapés desfrutando o pôr do sol em meio à exuberante flora e fauna, trocar experiências com os povos tradicionais, foi um privilégio vivenciado por toda a equipe.

Não tínhamos ideia, no entanto, que esse trabalho abriria um vasto caminho de possibilidades de pesquisas úteis para a compreensão das leis e maneiras elaboradas pela natureza para chegarmos ao tão almejado desenvolvimento sustentado da comunidade.

O projeto exigiu muito de todos, o privilégio tornou-se também um desafio. Trabalhar em uma região tão remota da Floresta Amazônica, sem energia elétrica, sem meios de comunicação e enfrentando ainda uma enorme variedade de insetos e doenças, como a malária (que chegou a atingir metade da comunidade, incluindo a equipe técnica) foi uma difícil tarefa.

Para superar esse desafio foi necessário mobilizar as melhores intenções e todas as energias de cada um, não apenas em conhecimento técnico, mas em estrutura emocional e capacidade de se harmonizar com a floresta e seus habitantes.



Histórico e Objetivo

Foi da própria comunidade extrativista da Vila Ecológica Céu do Juruá, no Amazonas, que surgiu a ideia de formar uma Oficina Escola de Artesanato para reativar a arte da fiação da linha do Tucum. A produção do artesanato com sementes, cocos, cipós e outros produtos florestais não madeireiros da região, logo se mostrou como uma alternativa econômica. Para tanto, imaginava-se como caminho possível a comercialização de produtos artesanais. Para que o projeto tomasse forma e pudesse se constituir dentro das atuais políticas de incentivo, foi formada uma equipe multidisciplinar e intercultural que viabilizou o projeto “Linha do Tucum: Artesanato Amazônico” concebido nos moldes do edital da Petrobras Cultural de 2007.

O projeto foi encaminhado pelo IECAM - Instituto de Estudos da Cultura Amazônica, organização não governamental que, desde 1992, vem apoiando e desenvolvendo projetos voltados para a preservação do patrimônio cultural e ambiental das comunidades amazônicas. De centenas de inscritos, o projeto foi selecionado entre os 13 contemplados pela Petrobras na área de Patrimônio Imaterial.

Em agosto de 2008, tiveram início as primeiras atividades de produção. Nesta ocasião foram celebradas diversas parcerias, destacando-se o acor-



De cima para baixo:

- 1. Discussão do projeto em conjunto com a comunidade.*
- 2. Construção da oficina de beneficiamento de sementes.*
- 3. Oficina em funcionamento.*

do com a produtora cultural Imagine Arte Cultura e Paz, o convênio com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e as parcerias firmadas com Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a Prefeitura Municipal de Ipixuna - AM e a Biblioteca da Floresta em Rio Branco (AC).

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi desenvolvida em momentos distintos do regime do rio Juruá, onde foi possível observar diferentes estratégias de sobrevivência e de utilização dos recursos naturais no período de seca e de chuva. Procedeu-se o levantamento de informações sobre a cultura e a biodiversidade da região e das espécies utilizadas no artesanato.

Foi adotada a seguinte metodologia:

- Apresentação e discussão do projeto com a comunidade. Questões de ética e direito de propriedade Intelectual.
 - Observação participante
 - Identificação dos especialistas: artesãos, mateiros, erveiros, rezadores, parteiras, curandeiros
 - Entrevistas para levantamento dos múltiplos usos das espécies empregadas no artesanato; plantas alimentícias e medicinais, usos nas construções, instrumentos musicais, plantas sagradas, folclóricas, medicina animal, óleos vegetais e enfoque cultural de manejo
 - Coleta de material botânico, apresentação de técnica de herborização para a comunidade (montagem de exsiccatas e classificação taxonômica)
 - Documentação fotográfica e audiovisual
 - Pesquisa bibliográfica: levantamentos no Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre, na Biblioteca da Floresta (AC) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- A metodologia foi se desenvolvendo a partir do conteúdo programático, dividido em quatro Unidades:
- Conhecendo, de perto, as práticas tradicionais

- Praticando e atualizando a tradição
- Sistematizando os dados obtidos durante as oficinas e as pesquisas.
- Produzindo, diagramando e editando um livro, fornecendo material para elaboração de um DVD e site para divulgação do projeto de artesanato

Aulas participativas, trabalhos em grupo, caminhadas nas matas, coleta de material vegetal, confecção de mostruários de sementes e linhas, e contação de histórias ilustradas com desenhos, permearam todas as oficinas. As avaliações foram feitas ao final de cada unidade, demonstrando a aquisição dos conhecimentos adquiridos.

Reunião com as fiandeiras no Reinado do Tucum.



As oficinas

A montagem da Oficina Escola de Artesanato foi realizada em conjunto com os artesãos e demais moradores do seringal, que muito contribuíram para a sua realização. Foram levantadas três estruturas: uma oficina de montagem de alvenaria (que necessitou do auxílio de profissionais de Ipixuna), uma oficina de máquinas para o beneficiamento das sementes e uma pequena casa (4x4 m) para abrigar os motores de luz e água, adquiridos com recursos do projeto.

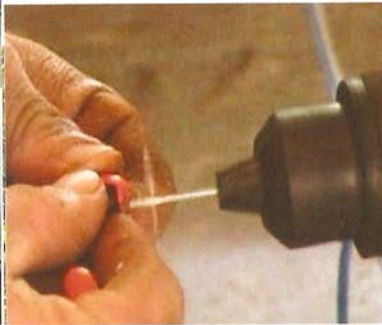
O andamento das obras demandou muito esforço físico e boa vontade da comunidade, porque todo o material (palha, areia, tijolo, cimento) teve que ser transportado nas costas, pelos homens, percorrendo grandes distâncias na floresta. Com as oficinas montadas, o trabalho de capacitação e aperfeiçoamento das técnicas artesanais pôde ser iniciado. Foram cadastrados 15 jovens artesãos, de 13 a 24 anos, interessados em aprender o ofício. Dois monitores da comunidade, anteriormente treinados pela mestre-artesã, orientaram o trabalho. A montagem do artesanato se tornou possível à medida que avançavam a produção da linha do Tucum e o beneficiamento das sementes.

OFICINA DA LINHA DO TUCUM

O resgate e a valorização da arte de fiar a linha do Tucum se deu a partir da organização das oficinas de fição conduzidas pelas mulheres mais velhas, cinco mães-fiandeiras, que ainda detinham esse conhecimento. Essas oficinas tiveram início em outubro de 2008, e continuaram acontecendo de forma permanente.

A história de vida e a experiências dessas mulheres guerreiras mereceria um capítulo à parte. A vida na floresta é boa, mas tem muitos espinhos, assim como o Tucum, por isso é preciso ter estratégias de sobrevivência, conhecimentos e habilidades para poder tecer uma vida melhor. O artesanato com o Tucum sempre ajudou na renda familiar.

"Eu acho bom trabalhar na linha do Tucum, trabalho mesmo com vontade



De cima para baixo:

1. Beneficiamento das sementes.
2. Furando as sementes.
3. Seleção de sementes pelos jovens artesãos.

de fazer, né? Eu achei que melhorou a minha vida, quando eu preciso de algumas coisas eu pego o dinheiro do artesanato e vou comprar onde tem né! Já comprei até um remédio pra mim que teve um tempo que eu andei bem doente e fraca” (Edilene Firme, fiandeira do Tucum).

Atualmente 16 mulheres dominam praticamente todo o processo de confecção da linha, que é muito trabalhoso: tirar o linho, lavar, tingir, pentear, puxar, fiar e urdir. (etapas que serão detalhadas no cap. 4 - Tucum). As aprendizes de 14 e 36 anos, algumas filhas das próprias fiandeiras, que antes não se interessavam em aprender, agora garantem a transmissão do conhecimento para as futuras gerações.

No trabalho artesanal, a necessidade de se recuperar a linha do Tucum foi detectada quando o artesanato da comunidade começou a depender da utilização de linhas de nylon e estruturas de metal. Processo demorado e dispendioso, fora da proposta sustentável do artesanato amazônico. As próprias artesãs não gostavam de trabalhar com esse tipo de linha por não acharem o acabamento bonito.

Dessa forma, o uso da linha do Tucum além de promover a valorização do conhecimento tradicional da comunidade, representa também um diferencial na produção artesanal, agregando valor cultural e econômico ao trabalho dos artesãos da Vila Ecológica Céu do Juruá.



De cima para baixo:

- 1. Fiandeira penteando e desembaraçando o linho do Tucum.*
- 2. Tecendo uma bolsa.*

Ao lado:

Fiandeiras no beneficiamento do linho.

OFICINA DE BENEFICIAMENTO

Design e Montagem de Peças Artesanais



Os professores-artesãos Arlete Maciel, Nancy Katz e Adriano Grioni e os monitores Ricardo Mota e José de Oliveira, mobilizaram a comunidade com novas técnicas de beneficiamento e na fabricação de acessórios como cintos, brincos, colares, pulseiras além da confecção de maracás, e bolsas de macramê com a fibra do Tucum e aplicação de sementes.

Em abril de 2009, foi possível contabilizar a primeira produção de beneficiamento de sementes, demonstrando as técnicas aprendidas: 5 quilos de açaí branco (polido e furado); 3 quilos de paxiubão (tingido, polido e furado); 3 quilos de mulungu (furado); 700 gramas de patoá (cortado em rodelas); 2 quilos de patoá (furado e polido); 3 quilos de paxiubinha (furada e polida); 3 quilos de açaí (tingido, furado e polido); 1 quilo de mucunã grande (furada); 600 gramas de sibipiruna (furada).

As peças produzidas pela comunidade foram tornando-se mais visíveis e a criatividade aflorando. Começaram a aparecer luminárias, chaveiros, bonecas e outros artigos decorativos, criados pelos próprios alunos, além de painéis e redes de dormir, malhadeiras e tarrafas.

A Exposição de Artesanato realizada no seringal, em agosto de 2009, coroou com sucesso o trabalho da equipe local e técnica, não só pelo re-

De cima para baixo:

- 1. Arlete Maciel no treinamento dos monitores locais.*
- 2. Integrantes da técnica do projeto, na segunda expedição ao Juruá: Vera Frões, Nancy Katz e Adriano Grioni.*



sultado dos produtos apresentados como também pelo processo, promovendo a socialização, transformando a oficina de artesanato num atrativo ponto de encontro para troca de experiências entre integrantes da comunidade e visitantes.



*Ao lado:
Alunos artesãos.
Abaixo:
Alunas frandeiras apresentando seus
trabalhos artesanais.*





A COMUNIDADE

Vera Fróes e Gabriel Domingues



O VALE DO JURUÁ NA BACIA AMAZÔNICA

O Juruá está inserido na grande região das nascentes dos rios da Bacia Amazônica, reconhecida como a de maior diversidade biológica e cultural do planeta. É uma área extensa que se inicia nos Andes e vai até o Baixo Amazonas. O Rio Juruá nasce no Peru, tem cerca de 3.350 km de extensão e é considerado um dos rios mais sinuosos do mundo.

A flora da Bacia do Juruá recebe influência de outras floras, como a do Peru, Equador e Guianas, bem como de espécies que ocorrem no México e em outros países da América Central. Existe também influência de espécies originárias do cerrado e da mata atlântica.

A ocorrência das palmeiras (família Palmae) é grande em todos os tipos de ecossistema da região. Se no Sudeste do país as palmeiras são valorizadas pelo seu valor ornamental, na Região Norte elas representam a própria sobrevivência do povo da floresta, oferecendo suas madeiras para a construção das casas, as palhas para os telhados, os frutos para o alimen-





to e as raízes para o remédio, além do óleo, o azeite, o sal, o chapéu, a rede de dormir e a tarrafa.

De uma maneira geral, a riqueza biológica da região registra, não apenas a presença de espécies raras ou desconhecidas de pássaros, insetos, anfíbios e plantas, mas também a ocorrência de espécies andinas e sub andinas. A riqueza de ambientes condiciona o aparecimento de diversos tipos florestais, entre estes, a floresta aberta com palmeiras, a floresta aberta com bambu (tabocal), floresta de várzea e lagos e a floresta densa, na planície aluvial ou nas serras. A riqueza se traduz não só pela enorme variedade de flora, fauna e material genético, mas pelos conhecimentos tradicionais acumulados. Diversas culturas, formadas por tribos indígenas, seringueiros e ribeirinhos, promovem o intercâmbio de fazeres e saberes compondo uma identidade cultural uniforme e ao mesmo tempo diferenciada.

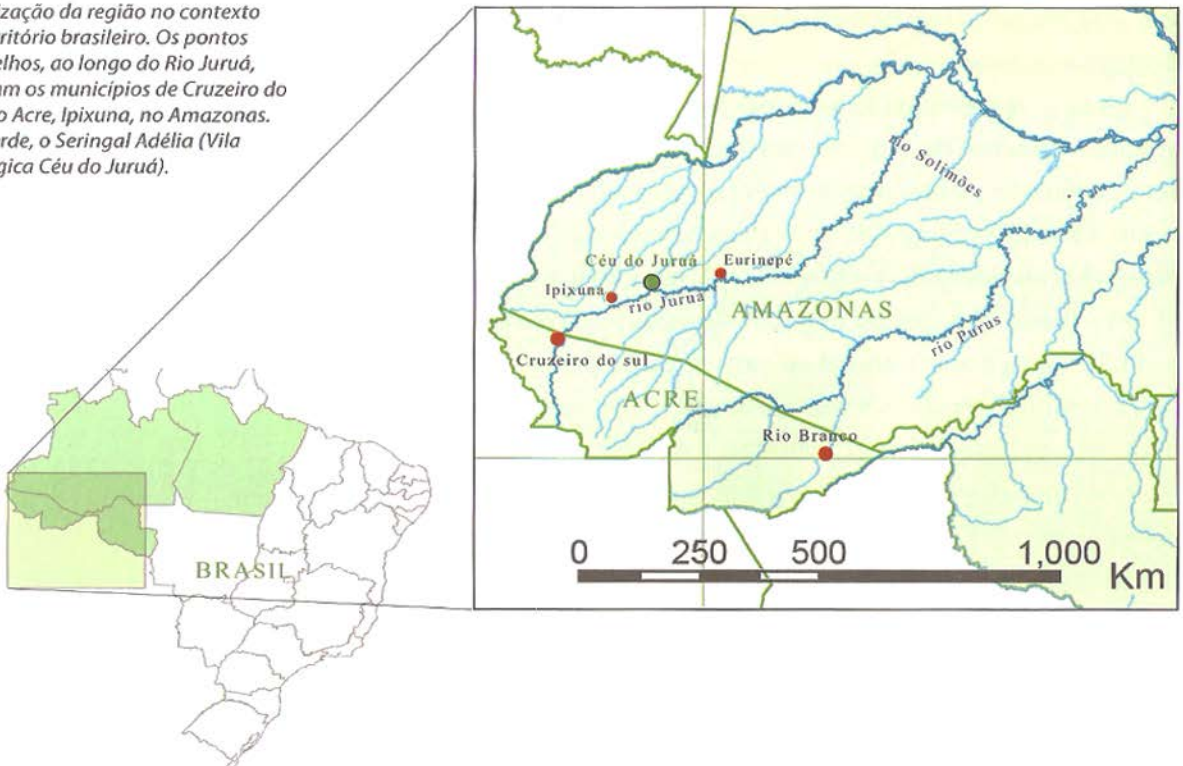
São os povos da floresta que mantêm a saúde dos sistemas naturais, conservando e mantendo o equilíbrio dinâmico das espécies na natureza, são os zeladores não remunerados de um bioma de fundamental importância biológica e econômica

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O Seringal Adélia está situado no município de Ipixuna, na região do Baixo Juruá, sudoeste do estado do Amazonas, entre as coordenadas 6°50' e 6°55' S, e 71°15' e 71°10' W, próximo à divisa com o Estado do Acre, onde se encontram os municípios de Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, considerados importantes centros regionais do Vale do Juruá.

Nesse seringal vivem atualmente cerca de vinte famílias – 140 pessoas, ligadas por laços culturais a outras quatro comunidades do Vale do Juruá, totalizando 350 pessoas. A Vila Ecológica Céu do Juruá localiza-se na antiga colocação conhecida como Estorrões, uma das unidades produtivas do Seringal Adélia.

Localização da região no contexto do território brasileiro. Os pontos vermelhos, ao longo do Rio Juruá, indicam os municípios de Cruzeiro do Sul, no Acre, Ipixuna, no Amazonas. Em verde, o Seringal Adélia (Vila Ecológica Céu do Juruá).



Partindo de Ipixuna, empreende-se uma viagem de 15 horas de barco até o seringal. O centro da vila está distante cerca de 10 quilômetros da margem do Rio Juruá. No verão todo carregamento que chega ao porto precisa ser transportado nas costas, por cerca de três horas, mata adentro. Os homens chegam a carregar mais de 50 quilos através das “pinguelas”, espécie de pontes feitas com troncos de árvores, utilizada na travessia de terrenos alagados. Por essa dificuldade, as famílias se acostumaram a usar basicamente os recursos disponíveis para se manterem, praticando a pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo de uso múltiplo da floresta.

No inverno, a situação é mais favorável ao transporte, que pode ser feito de canoa, em uma hora, através dos igapós formados pelo rio. Por outro lado, as cinco famílias que vivem na beira do rio enfrentam dificuldades nesse período chuvoso. As plantações ficam submersas, os animais domésticos (gatos, patos, galinhas) precisam se abrigar nas árvores e as casas ficam praticamente ilhadas.

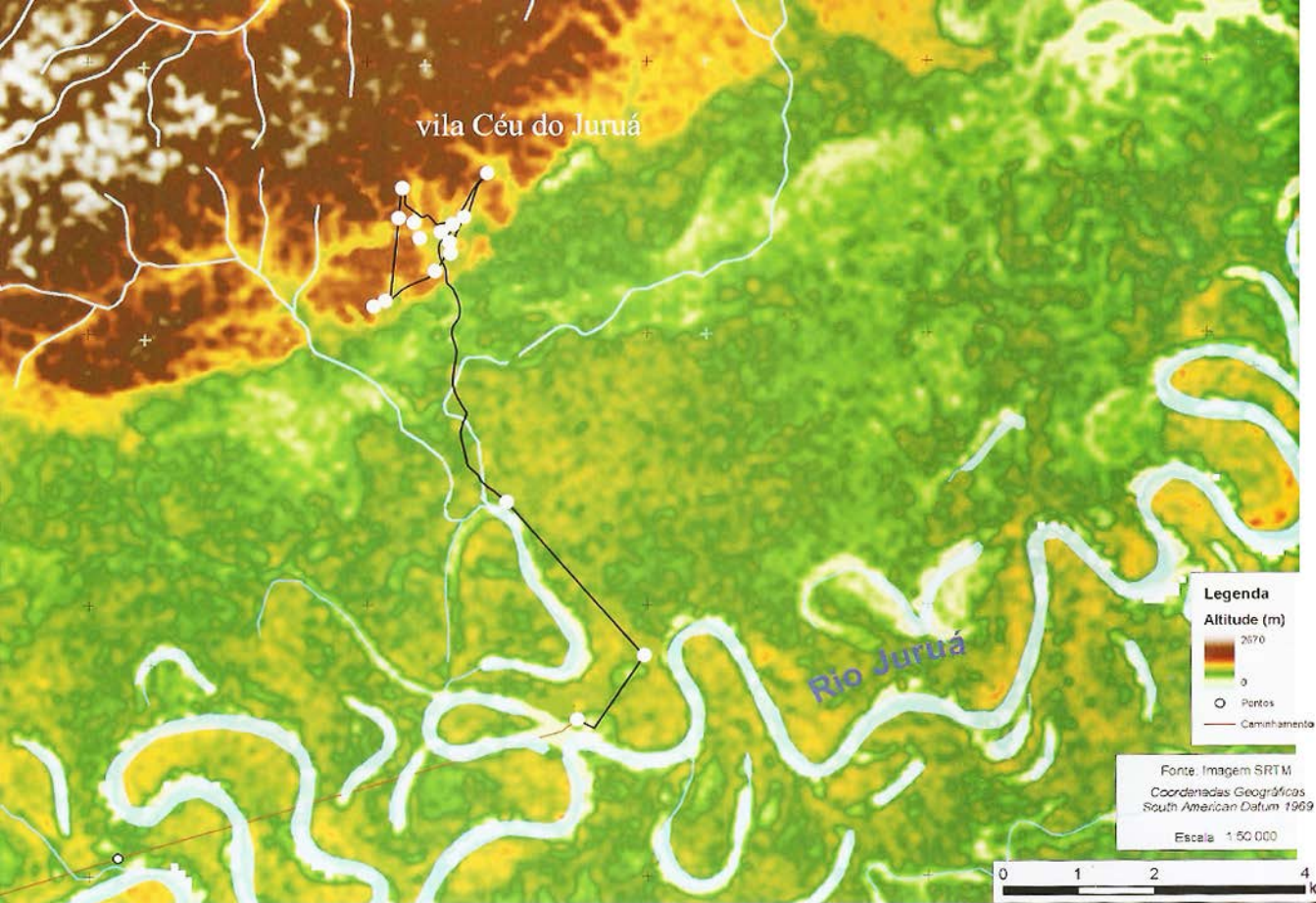
O fato das pessoas residirem mais ao centro ou na beira do rio, determina diferentes costumes. O terreno alagado na época das chuvas torna-se extremamente fértil no período de seca, em função da deposição de solos de aluvião, tornando-se por isso propício para a plantação de milho, feijão, jerimum e melancia, cultivados próximo às praias formadas ao longo do rio. Nos meses de setembro e outubro, as famílias da beira dispõem de fartura de grãos, legumes e raízes.

Na região do centro, por sua vez, ocorre a abundância de diversas espécies de palmeiras, muito utilizadas na alimentação: pupunha, açaí, patuá, buriti e bacaba. Plantam maxixe, gergelim, abacaxi, ananás, banana, carambola, cupuaçu e outras frutíferas. É comum o cultivo de jerimum e tabaco associado ao roçado de macaxeira.

Algumas famílias do centro também plantam nas praias, mas após a colheita, os frutos e grãos precisam ser carregados em sacas, por horas, até o centro, onde são armazenados e construídos. É comum a troca de



Casa às margens do rio Juruá em dois tempos: inverno (cheia) e verão (estiagem). Daqui se inicia a caminhada a pé até a terra firme, onde está localizada a Vila Ecológica Céu do Juruá.



Trajeto do rio Juruá até a comunidade. No inverno toda a área esverdeada é alagada pelo rio, que chega perto da vila, situada em terreno mais elevado.

produtos entre famílias do centro e da beira, pois estão ligadas por fortes laços de solidariedade.

“Eu agora estou na luta, plantei, então eu tô puxando da roça o feijão, o milho, o jerimum e o maxixe, tudo na beira plantado né? O melão, tudo quanto é coisa de comer. Vai ser a maior fartura, vai ter tudinho e dou o que eu plantei e sobra pra mim” (Francisca Alves, moradora do centro).

HISTÓRICO DO SERINGAL

A história do Seringal Adélia, remonta aos antigos seringais, cuja produção de látex teve o seu apogeu no ano de 1912, seguida de um

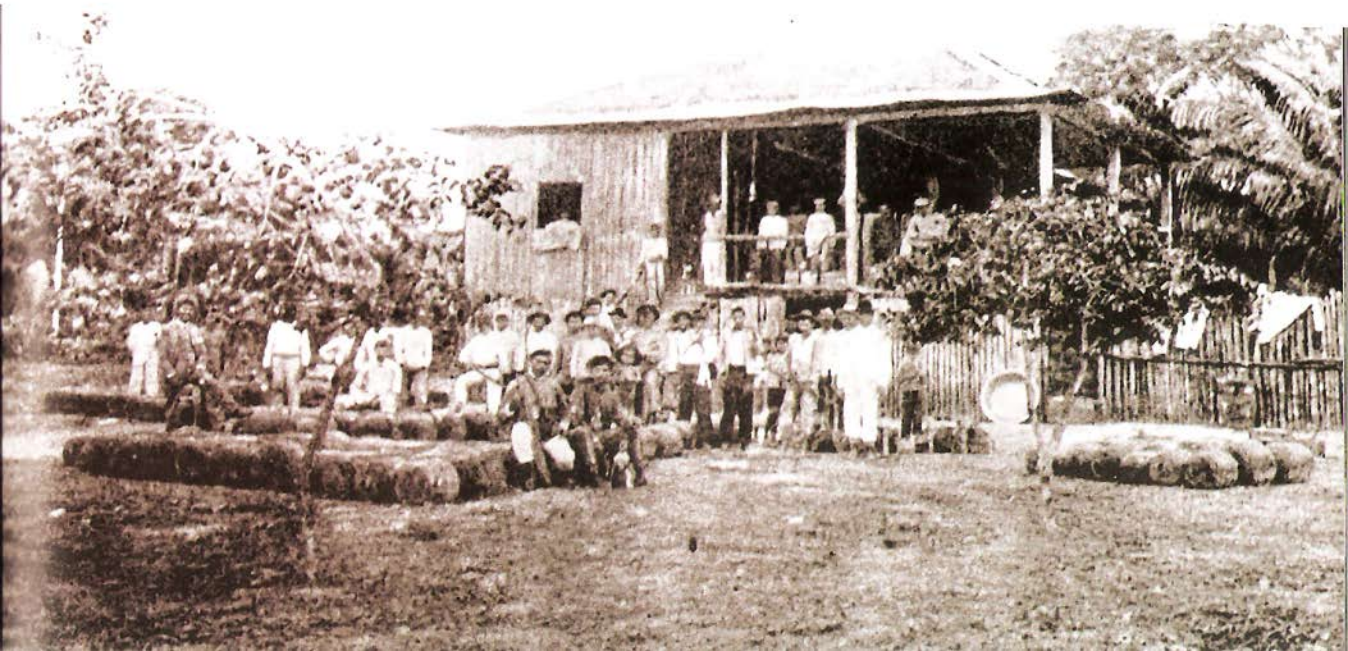
declínio nas décadas seguintes e uma retomada da produção na época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O primeiro ciclo da borracha, que se iniciou no fim do século XIX, foi marcado por uma intensa migração nordestina para Região Norte do país, incentivada por grupos de agenciadores que prometiam boas condições de trabalho e uma perspectiva de futuro próspero. A seca que se abateu no nordeste contribuiu também para o incremento da mão-de-obra na extração do látex na Amazônia (FERNANDES, 1986).

Durante esse ciclo, os ingleses coletaram sementes das árvores seringueiras para plantar em solo asiático. A partir de 1912 a borracha asiática começou a fazer frente à borracha brasileira, cuja produção foi reduzida progressivamente até o período da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão tomou o controle da borracha asiática. Então, os países aliados, como os Estados Unidos, voltaram os olhos para a borracha brasileira.

No período de decadência da borracha brasileira, outras atividades extrativistas na Amazônia, inibidas durante o auge do primeiro ciclo,

Típico seringal na década de 1930.





Rio Juruá na década de 1950.

foram resgatadas, notadamente a partir da década de 1920, como uma forma de readequação do uso da mão de obra. Destacaram-se, nesse contexto, o desenvolvimento das atividades agrícolas, a exploração de produtos não madeireiros como a tucumã e a obtenção de fibras de Tucum, além da manufatura da farinha.

Com a Segunda Guerra, iniciou-se o segundo ciclo da borracha, contando novamente com a mão de obra nordestina, conforme relato de FERNANDES (1986):

“Aproveitando o êxodo ocasionado pela seca em 1942, o governo passa a intervir diretamente, convocando os trabalhadores a se alistarem como “soldados da borracha” por dois anos, mediante um pequeno salário para a viagem, um adiantamento em dinheiro deixado para a família e muitas promessas, como o pagamento da viagem de retorno (que nunca ocorreu)”.

Esse ânimo na produção da borracha, porém, dura só até o fim da guerra. Já no ano de 1946, o preço da borracha começou a cair novamente diante da forte concorrência da produção asiática. No fim da década de 1950, a situação nos seringais já se encontrava bem precária, com os efeitos da inflação que recaía pesadamente “nas costas” dos seringueiros.

Dessa forma, repetindo o que se observara no passado, muitas famílias de seringueiros tiveram que buscar outras alternativas de sobrevivência na floresta, ou migrar para os centros urbanos, como Rio Branco (AC) – em franco crescimento na época –, na perspectiva de obter melhores meios de subsistência. Houve então uma dispersão das famílias que viviam nos seringais e a consequente desmobilização de suas atividades produtivas.

Foi nesse contexto que a família do líder Alfredo Gregório de Melo, então com sete anos de idade, deixou o seringal Adélia. Viajaram de canoa a remo pelas curvas do rio Juruá durante dois meses, até chegar a cidade de Cruzeiro do Sul. De lá partiram para Rio Branco, onde se estabeleceram por vinte anos. Em 1983 retornaram ao seio da floresta, para

fundar a Vila Céu do Mapiá. Alfredo Gregório somente visitou seu seringal de origem, quarenta anos depois.

Historicamente, o Seringal Adélia se destacava pela sua produção agrícola associada à extração do látex. Ao contrário do que se observava em outras colocações, a agricultura era estimulada, havendo a frente de trabalho da agricultura e a da borracha. Nos bons tempos da extração da borracha, viviam cerca de 300 famílias no seringal, que se dividiam entre os trabalhos extrativistas e agrícolas.

“Aqui é da onde se produzia muita cana, muito grumixó, café, muito café. E tudo pelos seringueiros. Nesse tempo não tinha agricultor. Agricultor era só o patrão. Mas naquela época era só os seringueiros mesmo” (Sr. Nercil, primeiro morador da comunidade).

O Sr. Adílson Malunga, filho do antigo dono do seringal, confirma que a colocação dos Estorrões era famosa pela grande produção de grumixó (açúcar mascavo). Segundo ele, a colocação era considerada a melhor terra de cana-de-açúcar da região. Eram produzidas também goma de araruta, farinha, goma de farinha e gengibre. O antigo seringalista conta que as primeiras sementes de guaraná retiradas na região vieram dos Estorrões. A produção de gengibre era destinada à exportação.

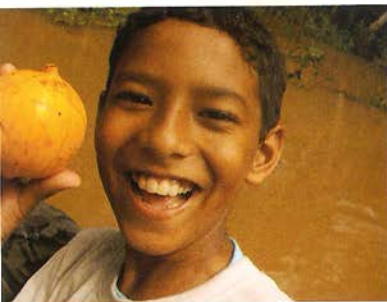
“A agricultura era uma atividade importante para a manutenção do seringal. Foi o lugar de mais fartura que eu já vivi... o lugar mais rico em açúcar” (Adílson Malunga).

A área correspondente à colocação dos Estorrões permaneceu abandonada nesses quarenta anos. Depois de sua volta, em meados da década de 1990, Alfredo Gregório de Melo começou a reunir parentes e agregados dispersos ao longo do Rio Juruá. Assim nasceu a Vila Ecológica Céu do Juruá.

“Nessa época a gente só contava com três famílias para morar, aí foi quando pessoas de Cruzeiro do Sul e de outros lugares se animaram de vir. Eu expliquei que era um trabalho ecológico, espiritualista, eu queria que todo trabalho daqui fosse voltado para o respeito e a preservação da floresta, da própria natureza” (Alfredo Gregório).



Passarela (trapiche) construída sobre terrenos alagados para facilitar a passagem das pessoas.



É uma nova proposta de vida comunitária para as antigas colocações, tanto às localizadas na beira do rio quanto às do interior. A atividade do artesanato, confeccionado a partir da extração de produtos florestais não madeireiros, representou uma alternativa ambiental segura e economicamente viável de obtenção de renda para essas famílias. É também uma oportunidade de resgatar práticas tradicionais de subsistência na floresta, herdadas das primeiras gerações de seringueiros que habitaram o solo amazônico e muito aprenderam com os povos indígenas.

Esse movimento representou uma nova perspectiva para as diversas famílias que, dispersas ao longo do Vale do Juruá, desde a decadência do ciclo da borracha, buscam agora alternativas de se manterem na floresta de forma digna, aplicando o conhecimento acumulado por gerações e cultivando seus valores culturais e simbólicos

ASPECTOS SÓCIO AMBIENTAIS

O período em que a colocação dos Estorrões permaneceu em “descanso”, por quase cinco décadas, foi suficiente para que a mata se regenerasse, ficando o local irreconhecível aos antigos moradores que para lá retornaram, em 1996. A área ao redor do centro da vila, por exemplo, que hoje é coberta por matas e capoeiras, já foi um grande pasto.

Há cerca de dez anos, quando as atividades foram retomadas no seringal, buscou-se introduzir nos sistemas agrícolas familiares um modelo de ocupação agroflorestal, baseado no cultivo de cereais e leguminosas, associado ao plantio de árvores frutíferas como a bananeira, ingazeira, goiabeira, mamoeiro, pitangueira, juntamente com o araticum, beribá, graviola, abacate, cupuaçu, caju, cítricos, manga, jaca, jambo, carambola, pupunha, castanha, madeira de lei (cedro), além de espécies arbustivas (chacrona) e cipós (jagube), nativos da Floresta Amazônica, utilizados em cerimônias religiosas.

A comunidade maneja com sabedoria os recursos naturais da flores-

ta. Usando o princípio da prudência, compartilham com os animais os apreciados frutos das palmeiras e também a roça. Explicam que ao se colher um fruto, deve-se retirar apenas um terço, o outro terço é para os animais e o terço restante para a natureza, a fim de germinar e surgir nova muda. Dessa forma regulam a manutenção do ecossistema, evitando o que se chama de floresta vazia, floresta sem animais.

“Patoá, buriti, açai e a bacaba. Isso tudo é planta nativa da mata que serve de alimentação tanto pra gente que nem pros animais – paca, cutia, macaco, tudo serve de alimento para os animais. Porque essas que a gente





De cima para baixo:
1 e 2. O preparo da macaxeira para a produção de farinha.
3. O morador Neném exhibe o resultado do dia de pesca.

*planta, tudo serve pra gente e serve para os animais, paca, cutia, passari-
nho, todo animalzinho também se serve das plantas que a gente planta.”*

(Sr. Francisco – agricultor da beira)

A farinha de macaxeira e o peixe são a base da alimentação, complementada pelos frutos das palmeiras, importantes fontes de nutrientes para os moradores. Os mais utilizados são o açai (Euterpe precatoria), a bacaba (Oenocarpos bacaba), a pupunha (Bactris gasepaes) e o patoá (Oenocarpus bataua). Nos meses de dezembro e janeiro, quando a pesca é prejudicada pelas enchentes dos rios, o açai se torna o alimento mais consumido. É ingerido em forma de suco, comumente misturado com a farinha, sal ou açúcar.

Para o plantio da macaxeira existem atualmente três roçados na comunidade, administrados de forma coletiva. O feito da farinha também é realizado coletivamente nas casas de farinha. É comum observar em algumas casas a utilização da farinha misturada com água, “jacuba”, na alimentação dos animais domésticos: cães, gatos, galinhas e patos.

“A planta que não pode nunca faltar aqui pra gente é o feijão, o arroz e a macaxeira. E principalmente a macaxeira. Essa é uma que não pode faltar aqui. É a farinha, essa é a principal mesmo, que pode faltar o feijão, pode faltar o arroz, mas tendo a farinha aí tem tudo” (Sr. Francisco - morador da beira).

A pesca é feita de várias maneiras: arco e flecha, arpão, linhada, tarrafa, malhadeira e caniço. É realizada praticamente durante todo o ano, nos dois principais lagos: lago do Sal e lago Grande, que apresentam grande variedade e abundância de peixes. Os peixes são classificados em três categorias: peixes com escamas (os preferidos), peixes de couro (alguns considerados remosos) e peixe de casco (pouco apreciado).

Peixes de escama – tambaqui, aruanã, cará, traíra, sardinha, mocinha, pacú, tucunaré, piau, caruaçu, sabarú, matrinxã, janaqui, poraquê (peixe-elétrico); peixes de couro – pirarucu, surubim, caparari, pirarara, cuiu, bonfim; peixe de casco – nessa categoria só o curioso bodó, que tem

uma carapaça muito dura, e que depois de cozido é preciso quebrar-la para comer.

A caça não é permitida pela associação de moradores, a intenção é repovoar a fauna que existia no passado, exceto em casos de falta de alimento ou em uma comemoração especial. No entanto, a caça ao jacaré é estimulada uma vez que ocorre uma superpopulação dessa espécie nos lagos, sem predador.

A pesca é realizada individualmente ou em grupo pelos homens. As mulheres ajudam na agricultura, tecem e remendam as redes (malhadeiras),





De cima para baixo:

1. A cozinha da D. Maria Simão, fiandeira, moradora da beira.
2. Lavando o linho do Tucum no igarapé.
3. Meninos brincando no igarapé, junto ao porto da vila.

utilizadas na captura dos peixes. Tradicionalmente utilizava-se a rede tecida com a linha da palmeira Tucum (*Astrocaryum chambira*). A linha oferece uma resistência maior à peixes como o “mandir”, que comumente arrebentam a linha de nylon. Em geral com três pescas semanais cada família garante o seu suprimento diário. O peixe bem salgado pode se manter próprio para o consumo humano por até três dias.

As filhas mais velhas cuidam da casa e dos irmãos menores. A cozinha é o principal lugar da casa, sempre muito limpa, enfeitada de cartazes e recortes de jornais, com fotos de santos e panelas reluzentes penduradas na parede de paxiúba. A quantidade de panelas e utensílios expostos indica um certo grau de prosperidade.

Cada família tem em média de cinco a oito filhos e não é raro haver filhos de criação e agregados. Cada casa possui o seu “porto”, constituído por tábuas assentadas no igarapé, usadas para lavar roupa, louça, tomar banho e beber água.

As casas, de maneira geral, não possuem banheiros e são utilizadas fossas e buracos no chão. No entanto, a partir da constatação de verminoses, os banheiros começam a ser planejados.

As casas são construídas com madeiras existentes na região, principalmente caroba, murapiranga, jacareúba, maçaranduba e a paxiúba (cujo tronco batido é muito utilizado na formação de pisos e paredes). Além dessas, também são utilizadas cupiúba, tuari, angelim, pau-d’arco, paxiubinha e jatobá. Os telhados, em sua maioria, são cobertos de palhas de jaci (*Attalea butyracea*) “palheira” como é chamada a palmeira, com durabilidade de três a quatro anos. A palha de maior qualidade é a de caranaí (*Lepidocaryum tenue*), mas só é encontrada muito longe, no Reconquista, seringal vizinho.

Todas as segundas-feiras os moradores se reúnem para o mutirão. Os trabalhos são direcionados para o setor de maior necessidade, variando entre limpezas dos roçados, feitura de farinha, construção de casas, limpeza dos caminhos e igarapés, e feitura de canoas.

MEDICINA TRADICIONAL DA FLORESTA

A distância das cidades incentivou a comunidade a recorrer aos remédios encontrados na floresta, na forma das plantas medicinais e sagradas. Em caso de uma enfermidade grave, como a malária por exemplo, é necessário empreender uma longa viagem de canoa de quase 15 horas até a cidade de Ipixuna (AM) ou de dois dias até Cruzeiro do Sul (AC).

Diversas espécies que são utilizadas no artesanato também ajudam no restabelecimento da saúde. As receitas passam de geração a geração dando credibilidade ao tratamento. Receitas com maior índice de uso:

Lambedor de jatobá utilizado para catarro no peito

Contundir ou cortar bem miudinho um punhado de folhas e colocar para ferver em dois litros de água. Quando a fervura estiver com meio litro de água, coar e colocar um pouco de açúcar.

Pode-se fazer também um melado para gripe, utilizando a casca do jatobá juntamente com alfavaca e agrião.

Cipó saracura para males do estômago e do fígado

Tirar um pedaço do cipó, raspar e colocar na água. Depois de um tempo bater e retirar a espuma. Repetir esse processo seis vezes e então ingerir a água.

Remédio da raiz do açai para anemia

Retirar três raízes do lado que o sol nasce, contundir e fazer o chá. Tomar durante três ou quatro meses.

Remédio para verme

Chicória misturada com mastruz e alho, juntamente com a semente de mamão e jerimum. Misturar tudo, colocar dentro de um vidro e coar.

Infuso de crajirú utilizado para problemas na barriga e em casos de inflamação

Ferver a água e colocar em uma garrafa de um litro com dez folhas cortadas em pedaços pequenos. Esperar três dias e tomar o infuso. Muito bom também para anemia.



Outras plantas utilizadas na medicina da floresta.

De cima para baixo:

- 1. Mulateiro (*Callycophyllum spruceanum*) Rejuvenecedor da floresta.*
- 2. Oriza, para dor de cabeça.*
- 3-Alfavaca, para gripe e resfriado.*



O KAMBÔ

A vacina do sapo Kambô é utilizada por diversas comunidades indígenas que habitam a região amazônica. Trata-se na verdade de uma rã verde (*Phyllomedusa bicolor*), a maior espécie da família Hylidae. A vacina extraída da rã funciona como um antibiótico da floresta, fortalecedor do sistema imunológico, sendo indicado para limpar o sangue, distúrbios crônicos, gastrointestinais e problemas de pele. O efeito é sentido logo após a aplicação e dura em média trinta minutos, a sensação é de queimadura no corpo, inchaço no rosto e é comum o ato de vomitar. No prazo de três dias a pessoa sente o corpo revigorado.

Na comunidade Vila Céu do Juruá, o especialista em kambô, Chaguinha, conta sua experiência:

“Quando eu tomei a primeira vez eu senti uma reação tão grande que eu achei que ia morrer na hora, que a pressão é muito forte. Provoquei bastante. Eu tinha muita dor de estômago e quando tomei a injeção do sapo eu passei seis meses sem sentir nada. O sapo é tipo uma rã, tem uns três dedinhos e é muito manso, ele tem um canto, a gente grita e ele responde. Sempre que eu tiro o leite dele eu vou tirando devagarinho, para não cortar



ele, não ferir. É preciso ter bastante cuidado”

Na medicina indígena, os pajés usam o kambô não só como remédio para doenças físicas, como também limpeza energética, “panema” – desânimo, tristeza, má sorte na caça, fraqueza física e espiritual, afastar os inimigos, e desarmonia com a natureza.

A rã Kambô ou Kampu, como é conhecida por alguns povos do Juruá, está presente em diversas lendas, fazendo parte do universo mítico da região, conforme relato do índio Kaxinawá, Carlito Neto:

“Na história antiga dos Kaxinawá, o sapo kampu era o chefe do cipó, que hoje a gente chama de Daime e que nós chamamos na nossa língua de nixi pëi, que quer dizer cipó forte; o kampu chamava os companheiros dele, a cutia, a paca e esse sapo huê para tomar nixi pëi junto com ele. Cada qual tinha sua cantoria de cipó. E aí eles iam fazer as pagelações deles”.

Pesquisas científicas na Universidade de Kentucky (EUA), encontraram na secreção da rã, potentes substâncias antibióticas e analgésicas, a deltorfina e dermoftina, até então desconhecidas. Laboratórios internacionais têm interesse na “vacina do sapo” para desenvolverem medicamentos que podem levar a cura do câncer, AIDS e mal de Parkinson. Há contra-indicação para crianças menores de doze anos, grávidas e pessoas com específicas doenças cardíacas.

Os laboratórios já estão produzindo sinteticamente essas substâncias, resta saber se o direito de propriedade dos povos indígenas vai ser respeitado e os benefícios compartilhados.

O SANTO DAIME

A comunidade está ligada por laços espirituais a uma bebida cerimonial preparada do cozimento de dois vegetais da Floresta Amazônica: o cipó jagube (*Banisteriopsis caapi*) e a folha rainha (*Psychotria viridis*). Essa bebida chamada no Peru de ayahuasca é utilizada como instrumento de cura, revelação e auto conhecimento. Trata-se de uma medicina tradicional empregada ancestralmente pelos povos indígenas da região.

A tribo dos Kulina, que vive nas proximidades do Seringal Adélia, frequenta a sessão com a bebida mágico-ritual, numa forma de intercâmbio cultural e recuperação da saúde. Na medicina indígena, as doenças do cor-

Festejo de Nossa Senhora Aparecida na igreja da vila.



po e da alma estão intimamente ligadas, tendo o Santo Daime a capacidade de trabalhar em diversos níveis: físico, mental e espiritual.

A bebida é consagrada em cerimônias que acontecem regularmente na igreja localizada no centro da vila. Os rituais podem ser de cura, concentração ou de festejo (datas comuns ao calendário cristão) onde são entoados hinos (canções devocionais) acompanhados por instrumentos musicais como o maracá (do coco Tucum), o violão e o tambor. Os ensinamentos presentes nos hinos trazem elementos importantes para a formação da identidade cultural da comunidade, voltada para valores ecológicos, espiritualistas e humanitários, o que pode ser observado nas estrofes de um dos hinos cantados frequentemente:

Da floresta eu recebo
Força para trabalhar
Da floresta eu tenho tudo
Tudo, tudo Deus me dá

É um primor a Floresta
Da maneira que é feita
Com amor se harmoniza
E deixa a terra satisfeita

Devemos viver na terra
Com toda satisfação
E se queremos ter a vida
Agradecemos a nossa mãe

A religião assume um papel importante para a coesão da comunidade, é de certa forma o elo aglutinador de todos os membros. Além da realização dos rituais, a igreja é um ponto central para os moradores que se reúnem para organizar as atividades dos mutirões e buscar soluções para problemas e desentendimentos surgidos durante o convívio diário.



De cima para baixo:
1 e 2. A folha da rainha (chacrona) e o cipó Jagube utilizados no preparo da bebida mágico-ritual.
3. A igrejinha no centro da Vila Ecológica Céu do Juruá.

EDUCAÇÃO AGROFLORESTAL

Gabriel Domingues
Pesquisador do IECAM

A formação da Oficina Escola de Artesanato envolveu um trabalho de educação ambiental, caracterizado como educação agroflorestal, por sua ênfase no manejo das espécies utilizadas no artesanato associado a outras espécies usadas na alimentação, na medicina e na arquitetura.

O manejo agroflorestal, além de orientar a utilização dos recursos naturais na manutenção das atividades da comunidade, promove o melhor aproveitamento das áreas desmatadas para a construção de casas e implantação de roçados, através da introdução de palmeiras e espécies frutíferas, que além de serem úteis para o homem, atraem espécies dispersoras de sementes que favorecem o processo de regeneração das matas.



O manejo das palmeiras, realizado na Vila Ecológica Céu do Juruá, preza pela integridade dos indivíduos. Para evitar a derrubada da palmeira, a coleta das palhas e dos frutos é realizada com a utilização da “peconha” – um pedaço de pano amarrado entre os pés que facilita a subida no tronco (foto). Quando a palmeira possui tronco espinhoso, a subida se faz através de uma árvore vizinha, ou com o auxílio de um pedaço de pau utilizado como apoio. As folhas mais jovens são preservadas na coleta.

Para a cobertura da oficina de beneficiamento de sementes foram retiradas 266 palhas de jaci (*Attalea butyracea*). Para fazer um telhado de jaci, é necessário uma técnica artesanal que envolve as etapas de risagem e bateção das palhas e posterior trançado, preparando-as para a cobertura das casas. Um telhado bem feito pode durar até cinco anos.

De acordo com a orientação dos mateiros locais, pode-se retirar entre dez e vinte palhas de cada indivíduo, dependendo do seu tamanho e idade. Tendo em vista que o reinado da jaci leva em média três anos para se recompor e permitir nova coleta, observa-se a necessidade de ampliação do cultivo dessa espécie, de múltiplos usos na comunidade.

Nas aberturas dos roçados, é usado o sistema de corte e queima, aproveitando-se as cinzas geradas com a queima da madeira, que é fundamental para obter a fertilidade do solo, necessária para o cultivo da macaxeira e do milho. Esse sistema é utilizado tradicionalmente pela população da Amazônia.

O sistema de corte e queima mostra-se adequado para áreas com grande disponibilidade de terras e baixa densidade populacional, de forma que seja possível que áreas de até dois hectares, sejam desmatadas e posteriormente regeneradas pelo processo de sucessão ecológica (MORAN, 1990). Recomenda-se, contudo, evitar a proximidade com os cursos d’água e o desgaste excessivo do solo.

O trabalho de educação agroflorestal se desenvolveu em parceria com a Escola Municipal Vila Céu do Juruá. Foram ministradas aulas e realizadas diversas oficinas com jovens, adultos e crianças. Nas aulas para



Uso da 'peconha' na colheita da bacaba.



1. Aula de ecologia na escola.

2. Início do banco de sementes.

3. Experimento de agrofloresta na capoeira próxima à escola.



os adultos foram abordados os temas: Amazônia, agrofloresta, ecologia, ecoturismo, educação ambiental, manejo do lixo, cuidados com a água, cuidados com a saúde e bons hábitos de higiene física e mental. Durante as aulas para os jovens foram trabalhados temas relacionados ao estudo da ecologia como: ecossistemas, interações ecológicas, cadeia alimentar, agrofloresta e conservação dos recursos naturais.

A Escola Municipal Vila Céu do Juruá oferece formação até a quarta série do ensino fundamental, para crianças e jovens, com aulas ministradas pelo professor José Campos dos Reis. Atualmente estão matriculados cerca de quarenta alunos, entre seis e vinte e um anos. Desde o começo de 2008 tem sido feito um trabalho de alfabetização dos adultos, com aulas semanais, na busca de reduzir o grande índice de analfabetismo na comunidade.

Em reunião com o professor e pais de alunos foram ressaltadas as necessidades mais urgentes da escola: saneamento (banheiro e fossas sépticas); cozinha (refeitório e dispensa); biblioteca (campanha dos 500 livros para conseguir espaço físico pela secretaria municipal de educação); criação de um curso técnico de artesanato, marcenaria e música, aproveitando o espaço da Oficina Escola de Artesanato.

Durante as oficinas de educação agroflorestal, foi iniciado um banco de sementes com a produção de mudas e sementeiras de árvores frutíferas, coletadas por crianças e jovens. Um antigo chapéu de palha serviu de viveiro para o plantio das primeiras sementes, plantadas após a coleta de

paú (adubo vegetal) e da reciclagem de latas e sacos plásticos.

Nesse período, várias plantas medicinais foram identificadas pelos alunos, como a surucuína, indicada para picada de cobra, e a terramicina como antibiótico natural. As espécies semeadas inicialmente foram a ingá de metro, cupuaçu, araticum, sororoca e mulungú. No terreno perto da escola, foram realizados também experimentos de agrofloresta, com plantio de bananeiras, limoeiros, cupuaçu, pupunha e mudas germinadas no viveiro.

Ao redor da Oficina Escola foram semeados açaí, tucumã, uricuri, andiroba, sororoca, castanha elétrica, bem como plantas ornamentais (bredo e ipomea) e medicinais (maravilha e gergelim), além de outras utilizadas no tingimento natural da linha do Tucum, entre as quais, lágrima-de-nossa-senhora, urucum, vinagreira e açafraão. No “acero” (área do terreiro, próxima a mata) foram plantadas de forma consorciada, manivas de macaxeira, bananeiras, touceiras de cana-de-açúcar, com sementes de abóbora, girassol, milho, feijão, mamão e cupuaçu.

Desde a criação da Vila Ecológica Céu do Juruá, em 1996, foi estabelecido um importante intercâmbio de sementes entre a Vila Céu do Juruá, no Vale do Juruá, e a Floresta Nacional Mapiá-Inauni, no Vale do Purus. Esse intercâmbio intensificou-se com a visita da mestra-artesã Arlete Maciel ao Juruá em 2004, e teve continuidade com a execução do projeto Linha do Tucum, a partir de 2008.

Essa atividade vem sendo importante não só para o desenvolvimento do artesanato, como também para a diversificação de espécies arbóreas, úteis às comunidades amazônicas, com destaque para as palmeiras, leguminosas e frutíferas como: Tucum, pupunha, tucumã, cocão, jarina, sibipiruna e sabão de macaco.

A organização comunitária e a formação de vilas ecológicas têm contribuído para a construção de um modelo de intervenção humana nos ecossistemas amazônicos, abrindo novas possibilidades de uso e manejo das espécies utilizadas tradicionalmente pelos povos da floresta.



Plantio de bananeiras.





O TUCUM

Evandro Ferreira, Vera Proek & Regina Aires,
Gabriel Domingues e Milla Ley Alcocer

A PALMEIRA TUCUM

O Brasil é riquíssimo em palmeiras, por isso os índios que aqui habitavam chamavam a terra de “pindorama”, que significa “território ocupado pelas palmeiras”. De lá para cá o “povo das palmeiras” continuou sustentando o “povo das florestas” mas a fama veio do valor ornamental, do uso no paisagismo, de praias, parques e jardins, uma mágica lembrança do paraíso tropical.

O Tucum leva aproximadamente doze anos para se tornar adulto. Faz parte de um grupo de palmeiras que possui enormes espinhos (de até 40 cm). Mas porque uma palmeira na Amazônia precisaria de espinhos tão grandes?

Segundo o especialista Evandro Ferreira, há dez mil anos não tinha floresta na região amazônica e sim uma savana. Os animais eram gigantes: preguiças e tatus gigantes, e as palmeiras já existiam nessa época, elas tinham os espinhos gigantes justamente para se protegerem dos grandes predadores. Essas palmeiras são relíquias de um passado recente, testemunhado por castanheiras com mil anos e samaúmas com seiscentos anos.

O Tucum está entre as poucas espécies de palmeiras das quais se utiliza a fibra na produção de linha, assumindo por isso importância fundamental para a sobrevivência dos povos da floresta.

Histórico da Fibra Vegetal

O primeiro registro oficial sobre o Tucum data do século XIII nos relatos de Manuel de Arruda Câmara, enviado da Coroa portuguesa à colônia, que escreveu para o então Príncipe Regente o texto intitulado “Plantas do Brasil que podem dar linhos” (CÂMARA, 1982). Entretanto, os indígenas já detinham o conhecimento sobre usos das palmeiras, em especial os usos do Tucum. Era comum a utilização pelos indígenas dos frutos para alimentação e também para a extração de óleo, práticas que até hoje são pouco divulgadas.



A antropóloga Berta Ribeiro relata que os linhos das palmáceas sempre foram importantes matérias-primas empregadas na tecelagem indígena. Para transformar a matéria-prima em fio ou linha, as índias passavam meses dedicadas a esta tarefa, sempre realizada com grande harmonia de movimentos, obedecendo hábitos motores adquiridos desde a infância, a tal ponto que a fiandeira é capaz de realizá-lo no escuro, em pé ou andando.

Muitos povos indígenas que ocupavam o Vale do Juruá antes da colonização, entre eles os Kulina e os Katukina, dominavam a técnica de fiação do Tucum. Mas, foi no começo do século XX, quando se intensificou o intercâmbio cultural entre os indígenas e os imigrantes nordestinos (mão de obra na extração da seringa), que o conhecimento sobre os usos do Tucum se disseminou entre comunidades de seringueiros e ribeirinhos.

Para os habitantes da região, o Tucum sempre foi considerado uma planta leal e de muita utilidade por viabilizar a confecção de objetos essenciais para a vida na floresta.

“Ninguém naquela época pegava um peixe se não tivesse com a linha do Tucum, fosse pro arpão, caniço ou fosse pra malhadeira que eles chamam manga. Como também, corda grossa com a linha do Tucum para amarrar barco. A minha mãe sabe fiar, sabe tirar da palha, torcer para fazer as cordinhas, sabe fazer tarrafa, malhadeira, sabe fazer chapéu com as sobras da palha. Todo mundo tinha que aprender a usar a linha do Tucum” (Alfredo Gregório).

Moradores mais antigos da comunidade relatam que até meados da década de 1950, a fibra da palmeira Tucum era o único recurso que tinham na floresta para a fabricação da linha artesanal. Com a chegada do nylon e outras linhas industrializadas, essa tradição foi se perdendo, assim como diversos outros saberes tradicionais.

“Cheguei então com seis meses de nascido aqui. E saí daqui com quinze anos. Eu conheci o Tucum aqui e muitas fiandeiras, aquelas velhas que hoje em dia, mesmo as filhas, já estão velhas. Só viviam daquilo mesmo, fazendo Tucum. Fazendo tarrafa, fazendo só a linha e vendendo para o patrão, para os

fregueses, para arremendar as tarrafas. E depois, tá com muito tempo, apareceu o nylon, até que foi se acabando o Tucum. Agora que ele tá retornando nos Estorrões, vamos ver se vai voltar ao que era. O Tucum, eu tô achando que vai levantar” (Sr.Nercil Mota, primeiro morador da Vila Céu do Juruá).

O simbolismo da linha do Tucum na Comunidade

A comunidade Vila Céu do Juruá, tem como fator agregador o uso da bebida mágico-ritual Santo Daime (Ayahuasca). Os hinos expressam visões de mundo e contém ensinamentos para a vida, no dia a dia. Eles são “recebidos” como enunciados divinos que estabelecem conexões entre o mundo dos humanos e o mundo espiritual, entre o visível e o invisível, o mundo terreno e o sobrenatural. Muitos hinos falam da linha do Tucum. Ela aparece sempre associada à idéia de firmeza e solidez. Se biologicamente os espinhos do Tucum têm a função de proteger a planta contra predadores e dissipar o calor, espiritualmente servem para espantar o ‘malfazejo’ e a castigar as más ações.

“Essa é a linha do Tucum
Que traz toda lealdade
Castigando os mentirosos
Aqui dentro da verdade”

Simbolicamente, a linha do Tucum é considerada a linha da lealdade, que nunca se rompe. Constitui uma meta a atingir, um ideal de perfeição alcançado pela natureza que os homens devem perseguir. Assim, a linha do Tucum não constitui apenas o objeto de uso instrumental e prático para a vida do dia a dia, representa também uma força da natureza que advém de linhagens espirituais de maior grandeza. Dessa forma o conhecimento do aspecto material do uso da linha do Tucum, bem como do aspecto espiritual e simbólico, não podem vir dissociados um do outro.



TUCUM

Família: Palmae

Nome científico: *Astrocaryum chambira*

Descrição

Estipe: solitário, ereto, até 15 m de comprimento e 30 cm de diâmetro, com entre-nós densamente cobertos por espinhos negros.

Folhas: bainha e pecíolo densamente cobertos por espinhos achatados de coloração amarelada; bainha 1.1 m de comprimento; pecíolo 2.6 m de comprimento; raque 4.8 m de comprimento; 160 pinas por lado, linear ou linear-lanceoladas, irregularmente arranjadas e dispostas em diferentes planos; com pequenos espinhos nas margens, nervuras das pinas medianas subterminais; pinas medianas com 1.51-1.63 m de comprimento e 4-4.5 cm de largura.

Frutos: 6 cm de comprimento e 3.5-4 cm de diâmetro; forma obovada; corola inteira; epicarpo de cor amarelo-esverdeado quando maduro, coberto por espinulos negros; resíduo estigmático apical proeminente com 0.5-1 cm de comprimento; mesocarpo fibroso; endocarpo duro, com menos de 0.5 cm de espessura.

Semente: 1 endosperma homogêneo (FERREIRA, 2006).

Distribuição geográfica

Observa-se a ocorrência desta espécie na Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Brasil. Neste último, pode ser encontrada no Acre e no Amazonas, com distribuição restrita ao Vale do Juruá. É considerada nativa do sudoeste do Amazonas, tendo sido introduzida na Venezuela com sucesso e sendo raramente encontrada no Peru (FERREIRA, 2006).





*Ao lado: tronco espinhoso da palmeira.
Acima: coco e folhas jovens (olho) do
Tucum.*

Habitat e ecologia

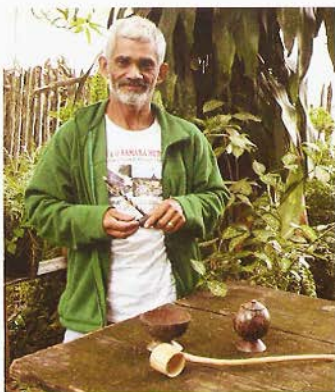
É comum nos terrenos degradados e nas áreas abertas. Ocorre em agrupamentos homogêneos, tanto em formações primárias como secundárias. De crescimento muito agressivo é considerada pioneira e invasora de pastos. Por ser uma palmeira que requer muita luz, tem a capacidade de se espalhar em áreas abertas, sendo também resistente ao fogo. Entre outras funções, os espinhos do tronco servem para dissipar o calor.

Fenologia

Floresce do mês de agosto a novembro e os frutos amadurecem de novembro até maio, sua viabilidade em armazenamento é geralmente curta. A brotação das sementes leva de 3 a 6 meses, a taxa de germinação é moderada e o desenvolvimento das mudas, bem como das plantas no campo é lento, alcançando de 1 a 2 metros aos 2 anos.

Cultivo e manejo

“Selecionar os melhores indivíduos e coletar as sementes quando estiverem no ponto de cair. A melhor forma de germinar a semente de



De cima para baixo:

1. Francisquinho: artesão e terapeuta da floresta.

2. Acupuntura com espinho do Tucum.

palmeira é em areia do rio, areia lavada, que é um meio estéril: fazer uma espécie de canteiro só de areia, colocando todas as sementes ali e mantendo sempre úmido e protegido do sol. A germinação é lenta. Após a germinação fazer o transplante para uma sacola plástica, adubar com paú e esperar seis meses. Transplantar em terreno definitivo no início do período das chuvas entre outubro e novembro” (entrevista com o especialista Evandro Ferreira em 2009).

Usos e importância econômica

“Em relação ao tucum você pode fazer uso de pisos pra casa, pode usar como arco e flecha, pode usar ela como azeite, pode usar ela como uma terapia pra acupuntura, pode usar ela pra fazer linha, pra fazer corda, pra costurar, pra fazer estrutura” (Francisquinho, terapeuta e curandeiro).

“Os frutos são considerados comestíveis por povos na Colômbia, Peru e Venezuela. O palmito apesar de ser considerado inferior à qualidade de outros pode ser consumido. As fibras obtidas das folhas imaturas (epiderme das folhas), são usadas, com mais frequência entre os povos da floresta, na fabricação de tecidos, artesanatos, redes, linhas e redes de pesca” (FERREIRA, 2006).

Do óleo do fruto se obtém sabão, cosméticos e medicamentos. A polpa é apreciada tanto pelo gado, como por animais silvestres que disseminam os frutos que são comestíveis e muito ricos em vitaminas: possui o mais elevado potencial de pro-vitamina A que se conhece na natureza. Muito apreciados pelas populações do Norte do país e comercializados em feiras regionais. O epicarpo é usado na defumação da borracha. A semente também é utilizada para confecção de artesanatos e instrumentos musicais regionais (maracás).

Para se retirar a amêndoa de dentro do coco, sem rachá-los, os artesãos contam com a colaboração das formigas. O coco é colocado na entrada do formigueiro e elas vão comendo toda amêndoa de seu interior, facilitando o trabalho artesanal na confecção do maracá.



Uso ancestral da linha da região pelos povos indígenas.

Outras informações etnobotânicas

“O uso do linho e de outros derivados de folhas de palmeiras entre grupos Kayapó e outros macro-Jê do Brasil tem sido objeto de estudo da antropologia. Estes estudos vêm constatando que o predomínio de uma ou outra palmácea depende de sua concentração maior no habitat de cada grupo. Entre os grupos que fazem uso das palmáceas como matéria-prima estão os Tukano e Baniwa do Alto Rio Negro. Também os Parakanã do médio Xingu e os Parintintin utilizam a fibra da palmeira para urdidura. Já os Guajá empregam unicamente o Tucum para confecção de saia. Os Tikuna empregam o caroatá (*bromélia pinguis*) e o caroá (*neoglaziovia variegata*) ou mesmo o Tucum na tecelagem. Estes índios utilizam apenas o Tucum como planta têxtil, com esta matéria-prima fazem suas redes” (RIBEIRO, 1986).

O PROCESSO DE FABRICAÇÃO

Confecção da linha

O processo de fabricação da linha do Tucum envolve força de vontade e muita habilidade manual. De acordo com o que foi observado na Vila Ecológica Céu do Juruá, o processo artesanal pode ser dividido em quatro etapas: coletar a palha; tirar o linho; pentear e puxar o linho; fiar e urdir a linha. Com exceção da coleta das folhas (que é feita tanto por homens, quanto por mulheres), a produção da linha fica por conta das mulheres. O fuso usado na fiação é feito pelo artesão Nercil Mota, utilizando pedaços de cedro e hastes feitas de paxiúba. Atualmente o



- 1- Corte das folhas.
- 2- Retirada dos espinho.
- 3- Pinas amarradas para o transporte.

Página ao lado, de cima para baixo:
4- Lavando a palha.
5- Coleta do olho.
6- Detalhe do olho.



conhecimento da confecção do fuso foi disseminado para outros artesãos da comunidade.

1. Coletando a folha

A retirada das palhas para confecção da linha é um processo bastante trabalhoso, pois trata-se de uma árvore com espinhos de até 20 cm, que se alojam no caule e outros menores nas folhas.

A escolha da palmeira a ser coletada é criteriosa, pois os espinhos impossibilitam a subida para retirada da folha. Quando a palmeira é baixa corta-se a folha na altura do estipe com o auxílio de um facão e quando é alta faz-se necessário subir numa árvore ao lado para cortar as folhas. De cada indivíduo cortam-se duas ou, no máximo, três folhas, para não danificar o seu desenvolvimento. As folhas antigas são descartadas pois utiliza-se somente as folhas novas, das quais se obtém o linho.

Depois de retirar a folha, cortam-se os espinhos do talo – pecíolo – e retiram-se as pinas, com cuidado para não espetar a mão. Reúnem-se as pinas, amarrando-as com outra pina, para facilitar o transporte. Em seguida, lavam-se as pinas com água abundante para amolecer a seda durante a retirada do linho.

Na coleta do “olho” do Tucum – folha jovem –, ainda fechada que se encontra no centro de todas as folhas – existe um manejo local transmitido ao longo de gerações. Para não atrapalhar o crescimento da árvore, o “olho” de um mesmo indivíduo só é coletado a cada seis meses. Este indivíduo fica em observação até brotar o próximo “olho”, que não deve ser retirado. Com o “olho” é possível fabricar uma linha mais macia, boa pra fazer chapéus e bolsas.

As fiandeiras observaram que a coleta das folhas deve ser feita na lua nova ou na crescente, e é preciso deixar três palmos da folha do Tucum. Calcularam que de cada folha de “olho” do Tucum, coleta-se 260 pinas (palhas), sendo possível fazer duas bolsas. Ficou clara a importância de se fazer um manejo adequado com coleta alternada das palhas, a fim de manter as árvores vivas e saudáveis.





2. Tirarando o linho

Para tirar o linho é preciso saber o lado certo da folha, assim ensinam as fiandeiras.

“A palha do Tucum tem os dois lados, o direito e o avesso. Quebra o talo e risca com a faca do lado avesso, com cuidado para não apartar, aí tira a palha e fica a seda e depois tira a seda pelo lado direito para aparecer o linho” (Dona Chica, fiandeira do Tucum).

Dependendo do trabalho da fiandeira, retira-se ou não o talo da pina, e com o auxílio de uma faca (sem estar muito afiada) marca-se a pina pelo lado avesso (a parte inferior da folha), puxando com a faca a parte marcada até o fim da pina. A parte folhosa é desprezada, ficando-se com a seda e o linho. Em seguida, o mesmo processo é feito no lado superior da folha para separar a seda do linho. O linho verde não pode ser embolado, é reunido com um nó.

As fiandeiras juntam as sedas, para fazer tapete, com o “olho” do Tucum é mais fácil de trabalhar, pois não precisa tirar a seda.

De cima para baixo:

1- Marcando a pina pelo avesso.

2- Lavando o linho.

3- O linho ainda verde, antes do banho para alveijamento.

Foto grande: separando o linho.

Lava-se o linho no igarapé com sabão até ficar alvinho e o coloca para secar estendido no varal. Uma vez seco, pode ser tingido ou utilizado com a cor natural.

3. Penteando e puxando o linho

Penteia-se o linho seco com pente ou escova de pregos. O que sobra na escova é guardado para diversos fins: enchimento de travesseiro, bonecas, buchas para banho e limpeza de louça.

Puxa-se o linho devagar, com as pontas dos dedos da mão, até se obter um fio da espessura desejada.



De cima para baixo:
1- Penteando o linho.
2- Puxando o linho.

Ao lado: as fiandeiras terminam de separar o linho.



4. Fiando e urdindo a linha

Com o auxílio do fuso de madeira, inicia-se a etapa de fiar e urdir a linha. As fiandeiras usam a perna para rodar o fuso, entrelaçando dois fios, urdindo, vão dando forma e espessura à linha. Antigamente no seringal Adélia os homens também faziam esse trabalho.

“Ela foi uma sobrevivência no tempo da borracha. A gente ia pra mata e tirava o Tucum e aquele feixe botava de molho. Eu riscava com a faca, tirava aquela palha, lavava botava para enxugar, depois eu fazia as tirinhas, rolava no rolo e esfregava assim na perna. Aí eu fazia tarrafa, os patrões compravam, porque não existia o tal nylon... era um ganho.” (Sr. Adilson Malunga).

A fabricação da linha é a etapa que requer mais habilidade, porque a qualidade da linha é fundamental na confecção do artesanato diferenciado, e não é tarefa fácil, porque dependendo da peça produzida, é necessário uma linha de espessura específica. D. Francisca Costa, com seu recorde de produção de até 2 quilos por mês, demonstra que quantidade e qualidade podem andar juntas: *“Eu trabalho em quase todo tipo de linha: na corda, na tarrafa, na maqueira, na linha mesmo, que não pode ter nenhum pêlinho arrepiado.”*



De cima para baixo:
1. Sr. Nercil testa o fuso, recém fabricado.
2 e 3. Fiandeiras urdindo a linha



TINGIMENTO NATURAL

O tingimento do linho do Tucum trata-se de uma etapa à parte, tamanha é a diversidade de técnicas e espécies utilizadas. As oficinas de tingimento natural, orientadas pelas próprias fiandeiras, proporcionaram um diferencial na produção da linha do Tucum: jatobá, urucum, cedro, vinagreira, pau-brasil, entre outras, dão o toque especial das cores da floresta, resgatando práticas culturais que estavam adormecidas e valorizando o produto final.

A partir da indicação das fiandeiras, algumas espécies novas foram experimentadas, na busca por encontrar tonalidades de cores diferentes e descobrir a parte da planta que pode ser melhor aproveitada no tingimento do linho. O sal é utilizado como fixador da cor.

1. Urucum: colocar 4 litros de água em 50 cachopas: retirar a casca, utilizar a semente e a pele contundidas, colocar na água, deixar um pouco de molho e, sem coar, colocar novamente de 4 a 5 litros de água para ferver com três colheres de sopa de sal. Deixar ferver 30 minutos, aproximadamente, e colocar o linho dentro, deixando mais um pouco de molho. Em seguida lavar em água corrente e pendurar para secar. O linho fica de coloração vermelha.



De cima para baixo:

1. Inflorescência do urucum.
2. Retirando as sementes da cachopa.
3. Secando o linho..

Ao lado: Fervendo e lavando o linho para fixação da cor.



De cima para baixo:

- 1. Contundindo as folhas da vinagreira.*
- 2. Folhas preparadas para o tingimento.*



2. Vinagreira: colher 500 gramas de folha, colocar num pano, contundir com martelo ou bastão e despejar no balde com 4 litros de água durante 30 minutos. Deixar um pouco de molho, lavar em água corrente e colocar para secar. Coloração lilás.

3. Açaí: colher as raízes da palmeira, contundir em seguida com martelo ou bastão. Para tingir o linho de 4 palhas de Tucum, utilizar 3 quilos de raiz. Ferver durante 15 minutos, em 4 litros de água. Uma vez fervido colocar o linho, acrescentado de sal grosso, deixando ferver por mais 10 minutos. Coloração lilás opaco.



4. Jatobá: ferver a casca seca ou deixa em maceração por 24 horas. Depois de coar, colocar o linho e ferver por 15 minutos. Coloração marrom.

5. Pau-Brasil: ferver a casca ou a madeira da árvore, colocar o linho, fervendo por mais 15 minutos. Pode-se obter uma coloração que vai de marrom ao vermelho.

6. Açaflor ou Açafrão: contundir os tubérculos (batatas) da planta e ferver por 15 minutos. Depois de coado, colocar o linho e ferver por mais 5 minutos. Coloração amarela.

*De cima para baixo:
1 e 2. Contusão dos tubérculos da
açafrão.
3. Fervura e fixação do tingimento.*



De cima para baixo:

1. Jatobá.
2. Pau Brasil.
3. Crajiru.
4. Sara-tudo.

7. Cedro: colocar 200 gramas de cascas para ferver em 4 litros de água. Ao atingir o ponto de fervura, acrescentar o linho e deixar fervendo por mais 15 minutos. Em seguida tirar e lavar em água corrente. Essa medida é suficiente para tingir o linho de 4 palhas de Tucum. O linho assume coloração marrom.

8. Sara-tudo: ferver 1 quilo de folhas em 5 litros de água. Coar e colocar o linho, ferver por mais 5 minutos. Coloração lilás.


9. Crajiru/Pariri: contundir 500 gramas de folhas em 3 litros de água, deixar de molho algumas horas. Coar, acrescentar o linho, fervendo por mais 10 minutos. Coloração esverdeada.



Múltiplos usos das utilizadas no tingimento,
cultivadas pela comunidade, ao redor da Oficina Escola de Artesanato:

Nome da espécie	Parte Utilizada	Cor	Classificação	Usos Populares
Urucum <i>Bixa ollerana</i>	Sementes, frutos e raízes	Vermelho	Arbórea	Alimentação: tempero colorau. Remédio: banho para sarna.
Vinagreira <i>Hibiscus sabdariffa</i>	Folhas e flores	Lilás	Arbustiva	Alimentação: salada crua ou refogada, geléias e sucos. Remédio: chá digestivo.
Açaí <i>Euterpe precatoria</i>	Sementes, frutos e raízes	Lilás opaco	Arbórea	Alimentação: polpa do fruto. Remédio: chá da raiz contundida é utilizado contra anemia.
Jatobá <i>Hymenaea courbaril</i>	Casca seca	Marrom	Arbórea	Remédio: chá da casca como fortificante e lambedor para gripe.
Pau Brasil <i>Caesalpinia echinata</i>	Casca e madeira	Marrom e vermelho	Arbórea	Artefatos: arcos e flechas. O corante vermelho intenso extraído do cerne é utilizado para pintura.
Açafrão/Açaflor <i>Renealmia sp.</i>	Batata, tubérculo estigmas secos	Amarelo	Herbácea	Remédio: chá para hepatite.
Sara-tudo <i>Byrsonima japurensis</i>	Folhas	Lilás	Sub-arbusto	Remédio: banho para cicatrizar feridas. Chá para disenteria, febre alta e inflamações.
Crajiru/Pariri <i>Arrabidaea chica</i>	Folhas secas	Verde	Arbustiva	Remédio: chá anti-inflamatório, para males íntimos da mulher, anemia e dores estomacais.



A lush tropical forest scene with a thatched-roof hut on the left and a clothesline with white laundry in the middle ground. The forest is filled with various palm trees and dense green foliage. The title 'ESPÉCIES BOTÂNICAS DO ARTESANATO' is overlaid in the upper half of the image, with a colorful horizontal bar below it.

ESPÉCIES BOTÂNICAS DO ARTESANATO

Evandro Ferreira, Alexandre Quilnet, Nina Lys Abreu e Vera Fróes

Introdução

O Brasil é apontado como o país de maior biodiversidade do mundo, contando com mais de 20% do total de espécies do planeta. Um número superior a 55 mil espécies descritas, o que corresponde a 22% do total mundial. A composição completa da sua biodiversidade não é conhecida e talvez nunca venha a ser, tal a sua magnitude e complexidade.

Tanto a comunidade científica internacional, quanto governos e entidades não governamentais ambientalistas, vêm alertando para a perda da diversidade biológica em todo o mundo, e, particularmente nas regiões tropicais. A degradação biótica que está afetando o planeta encontra raízes na condição humana contemporânea, com explosivo aumento de população e distribuição desigual da riqueza. A perda da diversidade biológica envolve aspectos sociais, econômicos, culturais e científicos.

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB é o principal acordo internacional para temas e questões relacionados à biodiversidade, atualmente com 168 países signatários. A CDB tem como pilares a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

O Brasil, como país signatário da CDB, deve apoiar ações que venham a dotar o governo e a sociedade de informações necessárias para o estabelecimento de prioridades que conduzam à conservação, à utilização sustentável e à repartição de benefícios da diversidade biológica brasileira.

Estas considerações são da maior importância, devendo-se, assim, promover um esforço no sentido de conhecer a composição da diversidade brasileira de forma a desenvolver uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, levando em conta o modo de vida das populações locais.

Pertencendo aos domínios da Floresta Pluvial Amazônica Ocidental, a região do Médio Juruá é considerada uma das áreas de megadiversidade biológica, con-

forme Relatório da Biodiversidade Brasileira, que a aponta como categoria de importância biológica extremamente alta, e indica como ações prioritárias o inventário biológico da região (Ministério do Meio Ambiente, 2007).

A Vila Ecológica Céu do Juruá, localizada a um dia e meio de barco do município amazonense de Ipixuna, no Médio Juruá e a três dias de barco de Cruzeiro do Sul no Acre, ocupa uma área de cerca de 3 mil hectares, recoberta pela Floresta Pluvial Amazônica, sendo uma região riquíssima em ambientes distintos, com três grandes lagos e diversos igarapés.

Assegurar a produção sustentável da floresta mediante a aplicação de técnicas de manejo florestal é uma das principais alavancas para a conservação da diversidade biológica regional e para o desenvolvimento econômico. Essa prática difere daquelas implementadas mais recentemente no Brasil, cuja principal característica é o descompromisso social em relação aos moradores da floresta.

Neste contexto, projeta-se a proposta de desenvolvimento sustentável como meio de conciliar metas de crescimento econômico e de sustentabilidade ecológica e social, definindo termos de um compromisso político global (Albagli, 1998).

Centrado na valorização do artesanato caboclo, na arte da fiação da linha do Tucum e de outras palmeiras nativas, este projeto cria condições para que comunidades do Médio Juruá, envolvendo 370 pessoas, formadas por ex-seringueiros, agricultores e pescadores, construam alternativas de geração de renda.

Dessa forma, possibilita a criação de mecanismos de valorização do saber popular e contribui para sustentabilidade sócio-econômica e cultural da prática do artesanato caboclo, reduzindo a exclusão e marginalidade social das populações ribeirinhas da Floresta Amazônica.

São apresentados a seguir aspectos morfológicos, de distribuição geográfica, preferência de habitat, além de usos, nomes populares, entre outras informações, de algumas das espécies vegetais utilizadas pelos artesãos da comunidade do Céu do Juruá.

Alexandre Quinet

Pesquisador do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro



AÇAÍ

solteiro, juçara

Familia: Palmae

Nome científico: *Euterpe precatoria*

Descrição

O açaizeiro é uma palmeira de estipe solitária ou raro cespitosa, com 10 a 20m de altura, muitas vezes com base espessada e raízes adventícias vermelhas na base. Com folhas regularmente espaçadas, lineares e pêndulas. Frutos globosos externamente de cor violácea quando maduros e internamente com polpa pouco espessa de cor púrpura-avermelhada.



Distribuição geográfica

É muito bem distribuída na América Central, Antilhas (Trinidad), Colômbia, Venezuela, Guianas, Equador, Peru, Bolívia e no Brasil nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Na região do Alto Juruá é provavelmente a espécie mais conhecida e utilizada com fins alimentícios por toda a população.

Fenologia

Frutifica no período de dezembro a maio sendo considerado o pico da safra neste período.

Habitat e ecologia

Na América do Sul pode crescer em florestas de encostas, em altitudes de até 2.000 metros, nas proximidades dos Andes, onde pode se apresentar com o estipe cespitoso.

A espécie ocorre principalmente em áreas de várzea, nas margens





dos rios ou em áreas encharcadas próximas a cursos de água ou, mais ocasionalmente, em áreas de terra firme ou platôs. Nas áreas próximas aos cursos de rio costuma apresentar um porte menor, enquanto, em áreas de terra firme, costuma atingir grande altura alcançando, em alguns casos, mais de 20 metros.

Infelizmente o açai da Amazônia é uma das espécies mais ameaçadas de extinção da região, tanto quanto, suas aparentadas próximas – *Euterpe oleracea* e *Euterpe edulis*, respectivamente chamadas popularmente de açai-do-pará e juçara ou palmiteiro da Região Sudeste, que devido à extração desenfreada tem sido devastada populações inteiras das espécies em diversas regiões do Brasil.



Semente do Açai.

Cultivo e manejo

Para ser bem-sucedido, o cultivo de açai em terra firme requer tecnologia adequada, incluindo sementes melhoradas, adubação e sistema de irrigação. Através do cultivo, ou do manejo adequado de açazais nativos, a produção de frutos para o mercado local é uma atividade de baixo custo e de excelente rentabilidade econômica. O açazeiro demonstra ser uma das espécies vegetais com grande potencial de aproveitamento por pequenos produtores seringueiros e populações ribeirinhas, desde que explorado de modo sustentado. Um dos grandes problemas do comércio do açai é a característica altamente perecível do “vinho”, não resistindo mais de 72 horas, mesmo sob refrigeração.

Com a difusão de tecnologias novas nas cooperativas e indústrias, a atividade extrativa poderá beneficiar-se da expansão da demanda em

todo o país, intensificando as técnicas de manejo do açazal e ampliando os lucros oriundos de sua exploração. A demanda pelo açaí fora da região está em alta, apresentando o produto boas possibilidades de mercado.

Usos e importância econômica

O açazeiro é uma espécie de grande importância socioeconômica para a Amazônia, devido ao seu enorme potencial de aproveitamento. São dois principais produtos obtidos desta palmeira: o vinho e o palmito. O “vinho do açaí” é o produto mais conhecido e tradicionalmente consumido por toda a população do norte do país. O seu sabor ganhou novos espaços e se tornou coqueluche da juventude que frequenta academias de ginástica das regiões Sul e Sudeste do país. No Rio de Janeiro, seu vinho é servido nas praias, diretamente ao consumidor, onde a demanda por esse produto, até há pouco considerado exótico, é crescente e ganhou popularidade entre os cariocas e turistas do mundo inteiro.

As sementes são as mais utilizadas no artesanato e adubo orgânico; os troncos dos açazeiros são usados para a construção de casas e ranchos, e às suas raízes são atribuídos usos medicinais.



Açaí natural.

Informações Etnobotânicas

Palmeira de múltiplos usos, onde tudo se aproveita, das folhas as raízes. A polpa também é consumida em forma de creme, licor, geleia, mingau, picolé e doces. As folhas, quando verdes, são utilizadas na alimentação de animais.

Na Vila Ecológica Céu do Juruá, as raízes são empregadas em forma de decocção e cataplasma, para dores musculares e picadas de cobras, e as folhas para aliviar dores no peito. Das raízes é extraído um pigmento roxo para tingimento de roupas, sementes e fibras vegetais, como o Tucum.

COCÃO

Família: Palmae

Nome científico: *Attalea tessmanii*

Descrição

Palmeira com estipe solitária, ereta de até 19 m de comprimento, com folhas amplas de 60 cm a 2 m de comprimento, com cerca de 190–295 pinas por lado da folha, mais ou menos agrupadas, regular ou irregularmente dispostas em mais de um plano, linear, aristada, de cor cinza abaxialmente, com pequena aurícula na base. Inflorescência intrafoliar, múltipla. Flores estaminadas com 3 sépalas, 3-5 pétalas livres, lineares, achatadas, com 10-14 estames. Frutos elípticos amarronzados, com cerca de 12 cm de comprimento com 1 a 4 sementes por fruto (FERREIRA, 2006).

Distribuição geográfica

É uma espécie de distribuição restrita à fronteira do Brasil (Acre) e Peru. No Acre ocorre nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Thaumaturgo, Porto Valter, Feijó e Tarauacá (FERREIRA, 2006).

Habitat e ecologia

Ocorre quase exclusivamente em áreas de terra firme, especialmente em áreas de pastagens cultivadas.

Fenologia

Floresce nos meses de setembro a janeiro e frutifica nos meses de fevereiro a março.





Usos e importância econômica

No Vale do Rio Juruá, o endosperma das sementes, ou a “carne branca de dentro do coco”, é muito utilizado na extração de um óleo comestível, considerado na culinária muito superior ao óleo de soja, sendo muito apreciado pelos seringueiros, ribeirinhos e pequenos agricultores.

A extração do óleo é feita a partir das amêndoas, cada fruto pode conter de 1-4, sendo normal quando os frutos ficam maduros o cacho cair inteiro, facilitando o trabalho de coleta (FERREIRA, 2006).

Informações Etnobotânicas

No Vale do Juruá, os tapurus, vermes brancos que se encontram nos cocos maduros do cocão, são utilizados na alimentação, misturados à farofa.

Na Vila Ecológica Céu do Juruá, o óleo extraído dos frutos é muito utilizado na alimentação, sendo consumido com peixe e carne, substituindo o óleo de soja.

CUMARU

Família: Leguminosae

Nome científico: *Dipteryx odorata*

Descrição

Árvore de grande porte, atingindo mais de 30 m de altura na floresta primária, porém, possui um porte mais baixo nas florestas secundárias ou cultivadas. O tronco é cilíndrico e de tom pardo amarelo claro, casca lisa e sapopemas de 1 m de altura. Ereto. Inflorescência com flores cor de ferrugem e aromáticas. Fruto drupáceo, fibroso e esponjoso, contendo uma única semente. Sementes perfumadas devido a presença de cumarina.

Distribuição geográfica

Amplamente distribuído no neotrópico. No Brasil, ocorre em toda a região amazônica e prolonga-se até o Mato Grosso (DUCKE, 1949).

Habitat e ecologia

Cresce bem em solos moderadamente arenosos e muito argilosos, em solos pobres e ácidos ricos em nutrientes; a pleno sol ou sob sombra da floresta primária. Sendo assim, na floresta fluvial de terra firme e de várzea, além de áreas no cerrado.

Fenologia

Floresce todos os anos nos meses de agosto a setembro e os frutos amadurecem de janeiro a fevereiro. Mudanças germinam de 3 a 8 semanas.



Usos e importância econômica

A madeira é muito pesada (0,95 a 1,0 cm³) de grande durabilidade, serve para construção de esteios, barrotes, tábuas, tocos para assoalho e postes. As castanhas (sementes) são comestíveis, pelos homem e animais. Os frutos e as sementes são utilizados no uso do artesanato. Tem uso medicinal registrado, princípio ativo cumarina. Um extrato aquoso obtido da casca do cumaru é popularmente usado como antiespasmódico e tônico geral, agindo como moderador eficaz dos movimentos cardíacos e da respiração (LOUREIRO, 1979).

O óleo das sementes ajuda a debelar as úlceras bucais, alivia as dores de ouvido e serve como tônico do couro cabeludo, ainda é usado nas nevralgias, coqueluche, dores forte de cabeça e articulações.





Família: Palmae

Nome científico: *Attalea maripa*

Descrição

Palmeira de estipe solitária, com cerca de 14 m de comprimento, às vezes com um cone de raízes na base alcançando até 70 cm. Suas folhas são eretas, arranjadas em espiral; com cerca de 1,5 a 2 m de comprimento. Inflorescência intrafoliar, persistente, algumas vezes totalmente estaminada e pistilada. Flores estaminadas com 3 sépalas triangulares, 3 pétalas unidas na base, lanceoladas, 6 estames com anteras, pistíloide ausente; flores pistiladas com 3 pétalas e 3 sépalas, ovário tomentoso. Frutos oblongo-elipsóides de 4,5-7,5 cm de comprimento, com polpa suculenta e aromática, endocarpo sem fibras, com 2 a 3 sementes por fruto (FERREIRA, 2006).

Distribuição geográfica

É encontrada em todo o norte da América do Sul, incluindo Colômbia, Venezuela, Trinidad (Caribe), Guianas, Equador, Peru, Bolívia e no Brasil nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia (FERREIRA, 2006).

Habitat e ecologia

É uma espécie que pode crescer em diferentes ambientes sendo tolerante a áreas com inundações prolongadas, porém cresce melhor em solos bem drenados (FAO, 1983). Entretanto, é mais abundante em terrenos arenosos e em áreas perturbadas de capoeiras e pastagens, onde costuma ocorrer como indivíduo isolado (LORENZI, 1949). Apresenta hábito pioneiro rebrotando com vigor após as derrubadas e queimadas, ou germinando as sementes dormentes (FERREIRA, 2006).





Fenologia

Floresce nos meses de agosto a dezembro e a maturação dos frutos ocorre durante os meses de janeiro a julho.

Usos e importância econômica

Fornecer um ótimo palmito. A polpa dos frutos é comestível e dela pode ser extraído um óleo amarelo-claro também comestível. Do óleo do mesocarpo pode-se fazer um sabão de excelente qualidade. O óleo tem sabor picante e cor atraente para a culinária (FERREIRA, 2006). As amêndoas também fornecem óleo e o seu palmito é considerado de bom paladar. Os frutos são muito procurados pela fauna, e as sementes são utilizadas na confecção de artesanato como botões e outras peças para colares. Os frutos queimados são utilizados para extrair sal vegetal e para produzir fumaça na defumação de borracha (CORRÊA, 1984).



JACI

coco babão

Família: Palmae

Nome científico: *Attalea butyracea*

Descrição

Palmeira de tronco simples, com 4 a 18 m de altura, suas folhas são ascendentes, com o ápice curvado. Os frutos são numerosos, de forma oblonga-ovóide ou oblonga-elipsóide, o epicarpo é grosso e fibroso, quando maduro apresenta coloração marrom-amarelada ou vermelha e o mesocarpo é carnoso, às vezes oleoso, de cor amarela ou quase branca quando maduro.

Distribuição geográfica

A jaci tem ampla distribuição ocorrendo desde o sul do México, nos países da América Central, na Venezuela e no oeste da região amazônica, na Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e no Brasil, nos estados do Acre e do Amazonas.

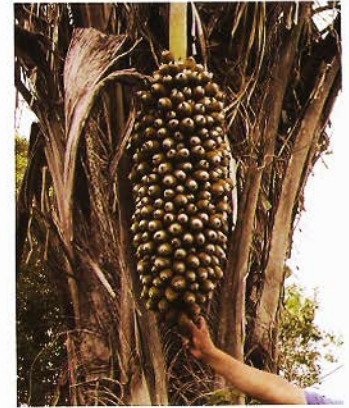
Habitat e ecologia

Em ambientes naturais é uma espécie típica de margens de rios, porém pode ser encontrada também em áreas de terra firme. Embora possa ser encontrada sob floresta, é mais comum em áreas perturbadas, especialmente nas pastagens cultivadas mais antigas.

Usos e importância econômica

O Palmito é comestível e da sua amêndoa pode ser feita a "manteiga de palma" usada na alimentação e iluminação (CORRÊA, 1984).





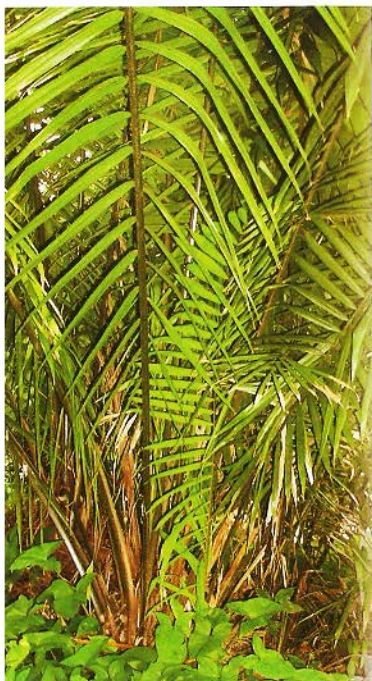
A Jaci é considerada uma das espécies preferidas para a extração das folhas para uso na cobertura de habitações e de outras construções rurais típicas. As folhas novas fornecem fibras de excelente qualidade (CORRÊA, 1984).

De cima pra baixo:

1. Frutos da jaci
2. Preparando a folha para a cobertura da oficina de sementes.

Informações Etnobotânicas

O manejo feito pela comunidade Céu do Juruá evita a retirada de muitas palhas de uma só palmeira, deixando sempre as folhas mais jovens protegendo o “olho” da palmeira, a fim de não comprometer o seu desenvolvimento. No universo simbólico da comunidade a palmeira jaci é reconhecida como uma entidade espiritual juntamente com o Tucum, citada nos cânticos religiosos: *“Vou citar umas palavras/Que velo Mestre dizer/Tuperci, Jaci, Tucum/Barum, Marum, BG.”*



JARINA

marfim vegetal

Família: Palmae

Nome científico: *Phytelephas macrocarpa*

Descrição

Palmeira de tronco único ou raramente cespitoso, robusto, subterrâneo ou aéreo com até 1,5m de comprimento. As folhas são mais ou menos regularmente arranjadas e dispostas em um mesmo plano. Os frutos tem até 9 cm de comprimento e normalmente se desenvolvem adensadamente, formando uma massa mais ou menos globosa. O endosperma maduro é duríssimo, de cor branca. Segundo o especialista Evandro Ferreira, o nome científico associado ao elefante está relacionado ao aspecto disforme do tronco, semelhante a doença chamada elefantíase.

Distribuição geográfica

A espécie é distribuída na Bolívia, Peru e no Brasil nos estados do Acre e Amazonas.

Habitat e ecologia

É uma espécie que costuma crescer no sub-bosque de florestas de terra firme, ou ocasionalmente em áreas inundadas próximas a cursos de água.

Usos e importância econômica

A semente branca conhecida como "marfim vegetal", tem substituído com sucesso o marfim de elefante, por ser mais ecológico, fácil de ser trabalhado e não ser quebradiço. É mais apropriada para a fabricação de bijóias, como anéis, colares, brincos e estatuetas. Na Itália, Japão e Alemanha há uma demanda crescente, e cada botão de jarina pode ser





vendido por aproximadamente três dólares. As palhas também são usadas em coberturas de habitações rústicas (FERREIRA, 2006).

O endosperma imaturo é líquido e comestível, tendo um sabor adocicado e agradável, sendo muito apreciado pelos indígenas da Amazônia e pela fauna, especialmente animais roedores, como as cutias. Do fruto maduro é possível se extrair um óleo de cozinha e do interior do caule (estipe), o palmito.

No passado eram coletadas nas beiras dos rios e embarcadas, junto com as “pélas” de borracha, para serem exportadas para a Europa e América do Norte, servindo como matéria-prima barata para fabricação de botões dos ricos senhores. Depois da Segunda Guerra foi substituída pelo plástico e caiu em esquecimento, voltando a ser valorizada nos últimos 12 anos como objeto de arte (pequenas estatuetas esculpidas), artesanato e biojóia (conceito de gema orgânica associada aos metais e pedras preciosas), apontando um promissor mercado ecológico.

De cima pra baixo:

1. Jarina natural

2. Jarina descascada e polida

JATOBÁ

Família: Leguminosae

Nome científico: *Hymenaea*

Descrição

Árvore com 5 a 40 m de altura, com tronco cilíndrico, dotada de copa ampla e densa. Flores brancas grandes, reunidas em pequenas inflorescências terminais. Frutos vagens de 6 a 13 cm de comprimento, de cor marrom-escuro, contendo 3 a 8 sementes duras de cor marrom, envoltas por uma substância farinácea adocicada.

Distribuição geográfica

Amplamente distribuído no neotrópico. No Brasil, ocorre em toda a região amazônica e prolonga-se pela mata atlântica e cerrado.

Habitat e ecologia

Ocorre de forma dispersa nas matas de terra firme e em certas várzeas altas, mais freqüentemente em solos argilosos e pobres.

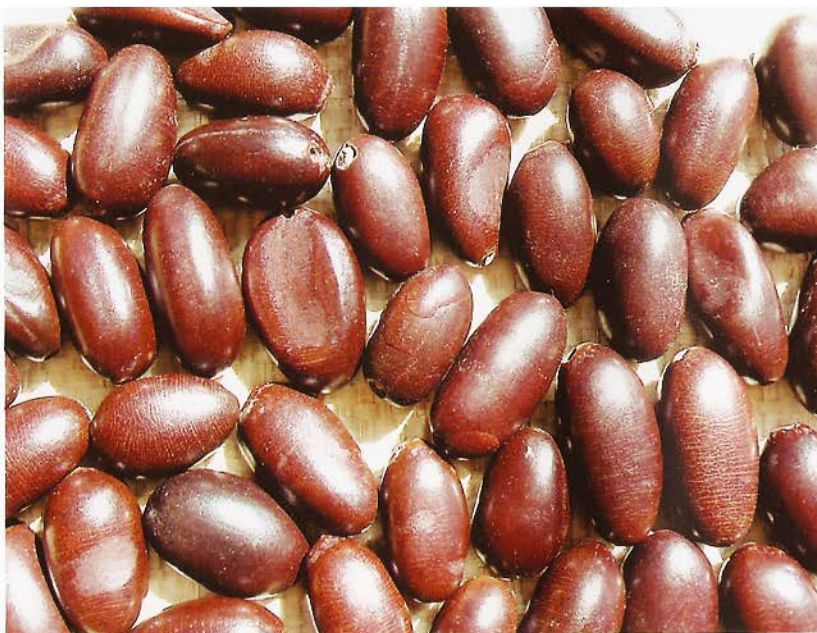
Fenologia

Floração nos meses de março à maio e de outubro a dezembro e frutificação nos meses de julho a outubro. Apesar de duras, as sementes germinam rapidamente, de 12 a 18 dias.

Usos e importância econômica

O jatobá tem um amplo uso na medicina popular dos povos da Amazônia. Da casca é feita um xarope para o tratamento de bronquite, tosse, asma e fraqueza pulmonar. A casca moída é usada contra diarreia. A seiva também é usada para tosse e bronquite. Um extrato líquido





do preparado de sua casca e resina, denominado “Vinho de Jatobá” é utilizado como tônico e fortificante. As folhas, em forma de chá, são usadas para infecções das vias urinárias, cistite crônica, artrites e infecções da próstata. As sementes de alta durabilidade são utilizadas no artesanato. A planta libera uma goma resinosa que é usada para o preparo de incenso e verniz.

Informações Etnobotânicas

Diversas comunidades indígenas amazônicas, utilizam a seiva do jatobá no tratamento de tosse e bronquites, o chá da casca em forma de decoção para problemas estomacais e fungo nos pés. As vagens do jatobá são muito apreciadas pela fauna.



MUCUNÃ

olho de boi, olho de boto

Família: Leguminosae

Nome científico: *Mucuna rostrata*

Descrição

Liana 5 a 10 cm de diâmetro com folhas trifolioladas. Inflorescências eretas com flores purpúreas. As vagens possuem de 8 a 10 cm de comprimento, coberta com finos pelos, sementes arredondadas e chatas, de cor marrom escuro com listas mais escuras.

Distribuição geográfica

Possui ampla distribuição pelo neotrópico, habitando diversos tipos vegetacionais. No Brasil, ocorre tanto na Amazônia, quanto no cerrado e na mata atlântica.

Habitat e ecologia

Ocorre em margens de rios e locais inundáveis em solos arenosos. Alcança o topo das grandes árvores. É possível coletar as sementes na água, nos períodos da cheia do rio.

Fenologia

Floresce nos meses de março a junho e frutifica de outubro a novembro. Germinação por semente, como também por propagação vegetativa.

Usos e importância econômica

Segundo o saber popular amazonense, é um cipó que armazena água e distribui para as plantas vizinhas no período da seca, como também para matar a sede dos humanos. Usado para revestimentos de cercas e caraman-





chões. As sementes, muito usadas no artesanato, tem importância mística, sendo comum o uso em oferendas contra mau-olhado e para atrair sorte. Tem usos medicinais como analgésico, contra pedra nos rins e em problemas na próstata (HENDERSON, 1995).

Informações Etnobotânicas

A palavra mucunã é originária da língua tupi "mucunan" e significa membros autênticos. As sementes chamadas de "olho de boi" ou "olho de boto", são usadas como amuleto de proteção contra o "mau-olhado", não só na Amazônia, mas em todos os lugares onde tem ocorrência: México, África e Índia. Na Medicina Ayurvédica da Índia e na medicina popular do Brasil as sementes são utilizadas como afrodisíacas (duas sementes em maceração no leite de vaca ao entardecer). Tribos diversas utilizam essa semente para incrementar a produção do sêmen.

As substâncias psicoativas estão presentes nas sementes e nas folhas. Para propósitos afrodisíacos e etnomedicinais, as folhas secas são ingeridas com líquido ou podem ser fumadas, produzindo efeitos similares ao da Ayahuasca. Estudos farmacológicos identificaram a presença de alcalóides como DMT, B-carbolina, serotonina e bufoteína entre outros. A proteína mucunaine, que está nos pelos das vagens, é responsável pela irritação da pele, pelo contato. Uma substância obtida da planta, L-dopa, demonstrou efeito promissor no tratamento de Mal de Parkinson (The Encyclopedia of Psychoactive Plants).



MULUNGU

sucupira, tento, olho-de-cabra

Família: Leguminosae

Nome científico: *Ormosia coccinea*

Descrição

Árvore pequena em campina e bastante alta quando em terra firme de 15 a 20m de altura. Folhas compostas, imparipenadas, de 7 a 11 folíolos; flores roxo- escuras; fruto tipo vagem; sementes duras pretas e vermelhas.

Distribuição geográfica

Ocorre na Amazônia nos países da Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e outros. No Brasil, possui distribuição pelos estados do Acre, Amazonas e Pará (DUCKE, 1949).

Habitat e ecologia

Cresce em solos arenosos e secos.

Fenologia

Floresce nos meses de setembro a dezembro e frutifica de dezembro a fevereiro. A cor vermelha e preta chama atenção dos pássaros por imitar a coloração dos frutos carnosos. Quando a ave percebe o engano , já engoliu ou regurgitou a semente, que , lançada ao solo, poderá germinar e assim disseminam a espécie (HENDERSON, 1995).

Usos e importância econômica

Suas sementes são usadas na confecção de colares, botões, tentos de jogo, rosário e outros ornamentos e são de alta durabilidade. A madeira presta-se para a construção civil.





Informações Etnobotânicas

Segundo a crença popular, as sementes do mulungu são utilizadas como amuleto contra o mau-olhado e quebrante. No período de dentição, uma pulseira com três sementes é colocada no braço da criança e quando a pulseira arrebenta é sinal que o dente nasceu. Diversas tribos na Amazônia utilizam colares de mulungu no pescoço para proteção, no período de guerra é usado transversalmente. Da casca do tronco se faz um chá que indicado para quadros de ansiedade, agitação e insônia, também como coadjuvante no tratamento de dores reumáticas.

No México as sementes são utilizadas em rituais mágicos. As sementes e as raízes contêm alcaloides e são consideradas na medicina popular mexicana como um narcótico e um veneno. O extrato da semente sugere que tenha curare como atividade.

MURMURU

murumuru

Família: Palmae

Nome científico: *Astrocaryum murumuru*

Descrição

É uma palmeira de estipe solitária, que só dá um tronco ou em touceiras. As folhas são cobertas por espinhos negros, achatados, com 4 a 23 cm de comprimento. Os frutos têm cerca de 4 cm de comprimento e 2.5 cm de diâmetro, com forma obovada ou alongada-obovada; a parte externa do fruto, o epicarpo, é de cor amarelada quando maduro e coberto por pequenos espinhos negros, chamados de espínulos, e o mesocarpo que é a parte interna do fruto é também amarelada, carnosa e macia (FERREIRA, 2006).

Distribuição geográfica

Possui uma distribuição muito ampla na Floresta Amazônica ocorrendo na Colômbia, Venezuela, Guianas, Equador, Peru, Bolívia e no Brasil nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

Habitat e ecologia

Embora seja típica de áreas de florestas primárias, tanto de terra firme quanto daquelas periodicamente alagadas, é possível encontrá-la também em áreas secundárias (capoeiras) e com mais frequência em pastagens cultivadas. Quando cresce sob floresta apresenta-se com estipe alongado, entretanto, não atingindo o dossel superior da floresta. Nas áreas abertas e muito iluminadas é uma planta que não costuma passar dos 5 m de altura (FERREIRA, 2006).

Fenologia

A frutificação é de fevereiro a abril (CORRÊA, 1984).





Usos e importância econômica

O murmuru que é irmão do Tucum, é uma das espécies que tem a maior produção de óleo do Acre, ele é explorado por multinacionais e vendido para o mundo inteiro (FERREIRA, 2006).

Os frutos são comestíveis e a polpa tem um sabor adocicado, com alto teor de gordura. É uma importante fonte de calorias, proteínas e vitamina A. Porém, devido a essa alta concentração de gordura, costuma causar frequentes problemas estomacais e para muitos seringueiros, o consumo excessivo pode causar febre. Na época da safra os frutos são uma importante fonte de alimento para a fauna, especialmente para macacos, veados, pacas e cutias. O tronco e as suas folhas também são utilizados para construção de casas e cobertura de telhados.

Informações Etnobotânicas

Da amêndoa extraída do fruto é obtido o óleo alimentício e medicinal chamado “manteiga de murmuru”, utilizado tradicionalmente por comunidades indígenas da região do Vale do Juruá, como os Ashaninka. Há alguns anos esse produto foi descoberto para elaboração de cosméticos, por sua ação hidratante e emoliente. Na cidade de Cruzeiro do Sul, existe uma indústria de beneficiamento de murmuru, cujo óleo é utilizado na fabricação de sabonetes. O direito de propriedade intelectual dos povos indígenas relacionado a questão da patente da manteiga de murmuru, é motivo de conflito na região.

PAXIUBÃO

paxiubão, palmeira-barriguda

Família: Palmae

Nome científico: *Iriartea deltoidea*

Descrição

Palmeira de tronco simples, de 15 a 25 m de altura, é chamada de palmeira-barriguda por apresentar intumescência na parte mediana do tronco, tem também como característica um cone de até 2 m de altura de raízes aéreas espinescentes de cor negra na base. Inflorescência infrafoliar, pêndula na antese; bráctea da inflorescência desenvolvendo-se abaixo das folhas, ereta a princípio para logo recurvar-se tomando, eventualmente, a forma de foice. Flores basais em tríades, as estaminadas em pares ou solitárias no ápice. Os frutos são globosos, epicarpo de cor verde-amarelada, rachando-se irregularmente no ápice quando maduros, com dois a três centímetros de diâmetro e contendo uma única semente cada (FERREIRA, 2006).

Distribuição geográfica

Espécie com ampla distribuição na América Central desde a Nicarágua até na América do Sul na Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia. No Brasil ocorre nos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso (FERREIRA, 2006).

Habitat e ecologia

É típica na floresta tropical úmida ocorrendo em ambientes alagados, em especial na beira de igarapés, na terra firme e em relevos acidentados. Ocorre principalmente nas florestas de terras baixas a montanas, nas florestas andinas.



Fenologia

Floresce de setembro a outubro e frutifica de novembro a janeiro.

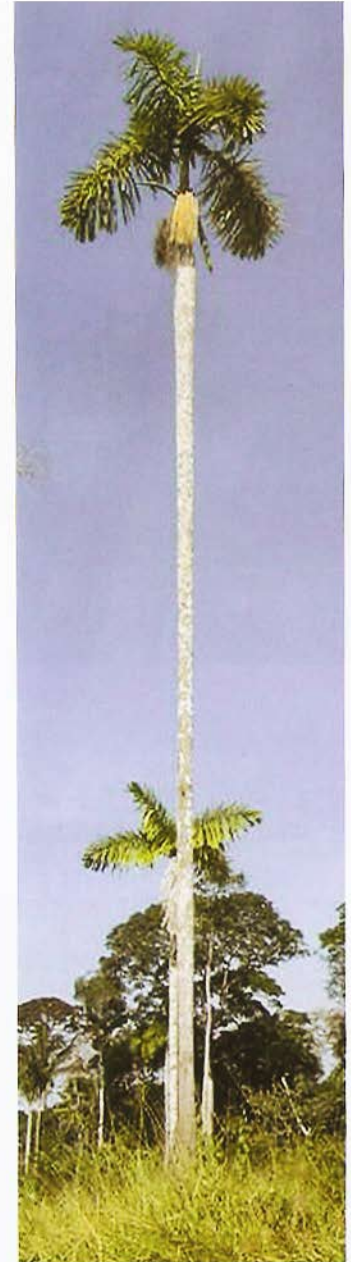
Usos e importância econômica

O tronco desprovido de miolo é batido e transformado numa espécie de tábua, usada para paredes, postes e pisos em construções rurais da Amazônia. Quando ocorre junto aos rios, o caule das palmeiras velhas serve para construção de canoas (FERREIRA, 2006).

A sua madeira considerada muito dura, pesada e negra, também é utilizada na feitura de arpões, lanças, zarabatanas para caça e instrumentos musicais. As suas folhas são utilizadas na cobertura de casas, e com fins ornamentais na cestaria, os frutos comestíveis são usados na alimentação de animais domésticos (CORRÊA, 1984).

A frutificação é abundante em meados de março. Um quilo de frutos contém cerca de 160 unidades. A germinação das sementes é baixa e lenta – de 4 a 6 meses (LORENZI, 2004).

As sementes dessa espécie são muito utilizadas na confecção de colares, pulseiras, cortinas e outros adornos (LORENZI, 2004).



PAXIUBINHA

Família: Palmae

Nome científico: *Socratea exorrhiza*

Descrição

Palmeira de até 20 m de altura, possui raízes adventícias características de cor marrom que chegam a atingir 2 m de comprimento. Espinhos de até 2 cm de comprimento. Com cerca de 7 folhas com 15 a 40 cm de comprimento. Frutos ovóides de cor amarelada ou laranjada quando maduros.

Distribuição geográfica

Ocorre desde a América Central, na Costa Rica, Nicarágua, Panamá, até a América do Sul, na Venezuela, Guianas, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru e no Brasil nos estados do Acre, Amazonas e Pará (FERREIRA, 2006).

Habitat e ecologia

Com ampla distribuição na Amazônia brasileira, ocorrendo preferencialmente em áreas inundadas ou pantanosas, ocorrendo ocasionalmente em áreas de terra firme.

Fenologia

A espécie é abundante no interior da floresta, em solos arenosos e encharcados, próximos a igarapés. Seus frutos são bastante apreciados pela fauna silvestre, os quais são seus dispersores. A época de frutificação nos meses de maio a julho, fruto tipo baga, ovóide ou elíptico, com 2,5 a 3,5 cm de comprimento e 1,5 a 2 cm de diâmetro, amarelo-avermelhado quando maduro (FERREIRA, 2006).





Usos e importância econômica

A madeira é amplamente utilizada na construção de habitações pelas populações locais, na confecção de pisos, paredes e cercas, como também, em pisos de canoas, prateleiras, bancos, camas e plataformas. Também são atribuídos usos medicinais através de chás feitos de cascas e frutos para interromper febres altas.

Outras informações Etnobotânicas

Ribeirinhos do Vale do Juruá contam que as raízes expostas da palmeira servem de refúgio para pequenos animais, quando perseguidos por grandes predadores como a onça.

Na Vila Céu do Juruá a raiz da paxiubinha é utilizada para picada de inseto. Corta-se a raiz exposta da palmeira, colhe a baba e passa em cima do local da picada. É usada também em caso de ferrada de arria.

PATOÁ

patauá, patuá

Família: Palmae

Nome científico: *Oenocarpus bataua*

Descrição

O patauazeiro ou patuazeiro é uma palmeira de tronco simples com 4 a 26 metros de altura e suas folhas têm 6 a 8 m de comprimento. Frutos elipsóides ou oblongos com até 4,5 cm de comprimento de cor roxa – escura quando maduros.

Distribuição geográfica

Ocorre no Brasil nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

Habitat e ecologia

Prefere lugares mais úmidos onde cresce durante muitos anos na sombra da floresta, porém quando adulto, precisa de bastante luz. Os adultos ocupam o dossel de áreas de baixio e vertentes de cursos de água. Em áreas de solo bem drenados, denominados florestas de terra firme, ocorrem populações pequenas e esparsas sendo a maioria plantas jovens. O patauá leva de 8 a 15 anos para frutificar e produz até 3 cachos por ano, com mais ou menos 16 kg por cacho.

Usos e importância econômica

O Patoá é uma espécie com diversos tipos de usos e distribuição em toda a Amazônia. Destaca-se a produção do suco, regionalmente chamado “vinho de patauá” ou “chocolate da floresta”. O óleo é comestível e devido à semelhança na composição química é um substituto natural para o azeite de oliva. Diferentemente da maioria das palmeiras oleíferas, o patuá é altamente insaturado, sendo de fácil absorção para o organismo. É rico em diversos aminoácidos, o que o torna comparável à carne animal ou a leite humano. Dos botões das flores quando queimadas, também é possível





produzir um sal comestível.

O óleo de patoá já demonstrou eficiência como combustível alternativo ao óleo diesel. As fibras da folha servem para confecção de instrumentos de caça, como arco e flecha, e o estipe (caule) para pontes e cerca para hortas. As palhas são utilizadas na cobertura de casas e as sementes são aproveitadas para artesanato. Curiosamente segundo os artesãos locais, o uso de colares, brincos e pulseiras ajudam no equilíbrio da oleosidade da pele, por exemplo, se a pele esta seca ele hidrata e se a pele for muito oleosa o contato com as sementes absorve o excesso.

A medicina popular utiliza o óleo como laxante, e para problemas respiratórios como tuberculose e asma. Na indústria farmacêutica, o óleo pode ser usado na composição de pomadas, bálsamos, unguentos e ceras. Como cosmético é aplicado como tônico capilar, sendo também indicado para queda de cabelo.

Informações Etnobotânicas

Os índios da região têm a prática de cortar alguns indivíduos adultos do patuá para comerem um tipo de larva (tapuru ou broca) que se desenvolve no caule velho, podendo-se coletar até um quilo de larva por caule. As larvas são saboreadas após fritura, possuindo um agradável aroma de noz-moscada.

TUCUMÃ

Família: Palmae

Nome científico: *Astrocaryum aculeatum*

Descrição

Palmeira de caule simples, ereto, de 8 a 20 m de altura, tem entrenós cobertos por espinhos negros de até 15 cm de comprimento. As folhas são ascendentes com bainha, pecíolo e raque cobertos por espinhos negros. Os frutos são globosos ou obovóides com cerca de 5 cm de comprimento, amarelo-alaranjados, com mesocarpo carnoso e comestível.

Distribuição geográfica

Especie exclusiva do Brasil ocorrendo no Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Habitat e ecologia

É comum em matas secundárias e capoeiras, em terrenos bem drenados, bem como, próximo aos núcleos populacionais devido à dispersão não intencional do homem (LORENZI, 2004).

Usos e importância econômica

O mesocarpo do coco do tucumã é comestível, podendo ser utilizado na produção de óleos, e o endosperma também é apreciado pela fauna.

As sementes são conhecidas pela sua alta durabilidade e são utilizadas para confecção de colares, brincos, pulseiras, e outros artesanatos em geral. Da palha podem ser tecidos leques e esteiras, do tronco, que é bastante resistente, se fazem construções rurais. As sementes estão entre as mais utilizadas no artesanato pelos índios Apurinã, do Vale do Rio Purus.



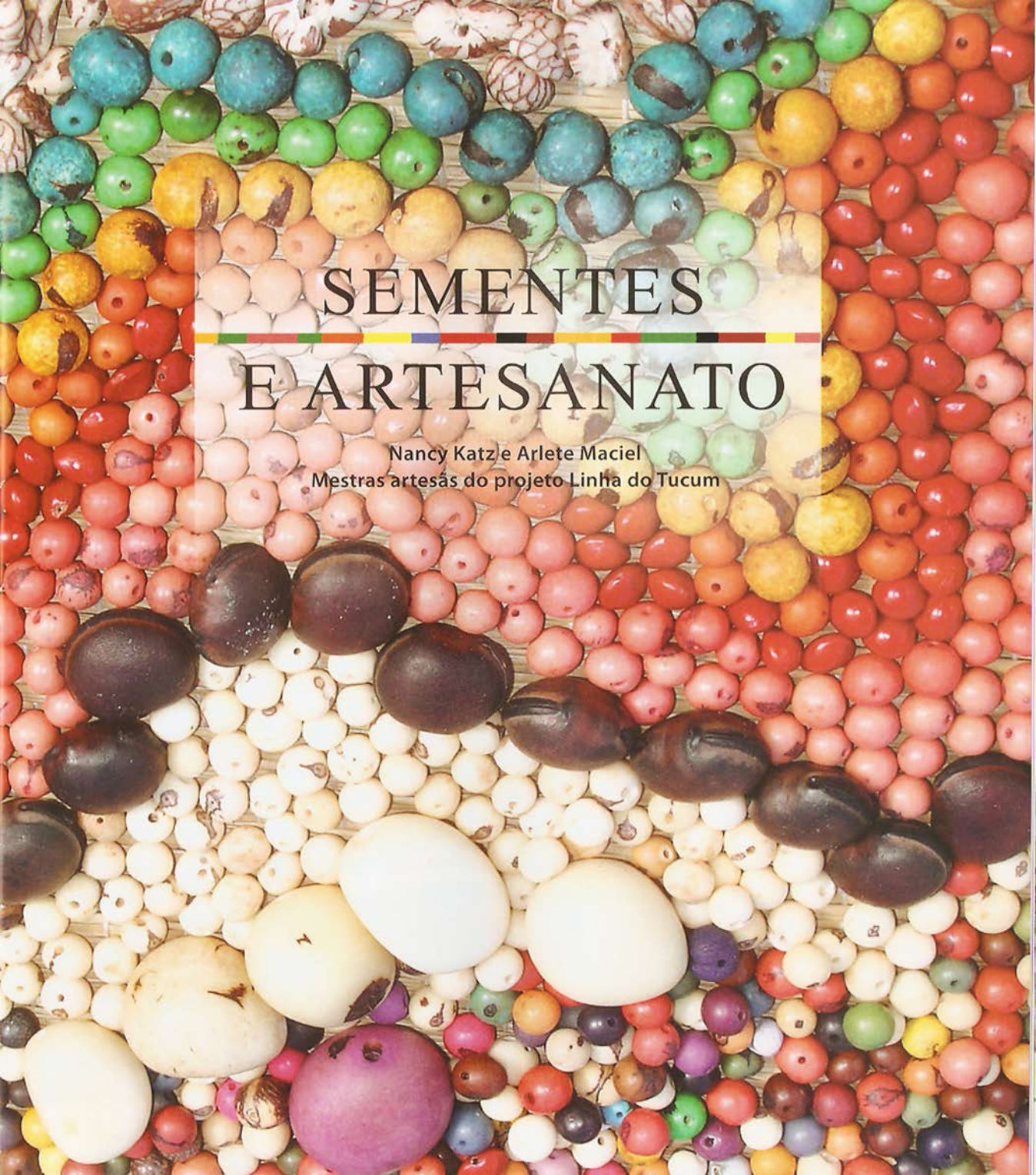


A boa resistência ao fogo e a grande produção de sementes são estratégias que asseguram à espécie a sua disseminação em áreas desmatadas como roçado, pastagens e capoeiras.

Informações Etnobotânicas

A polpa do fruto é utilizada em forma de pasta para recheio de sanduíches nutritivos e tapiocas, e quando desidratada serve de alimento em receitas culinárias. O caroço pode ser utilizado na alimentação de animais e na defumação de borracha e couro vegetal. A casca preta, segundo os índios Apurinã, tem propriedades energéticas na fabricação de um tipo de farinha. No universo mítico de comunidades indígenas da região Amazônica, a palmeira tucumã está associada a origem da noite e é considerada uma protetora espiritual.





SEMENTES E ARTESANATO

Nancy Katz e Arlete Maciel
Mestras artesãs do projeto Linha do Tucum

SEMENTES E ARTESANATO

As sementes são as mensageiras da vida. De todos os tamanhos e formas imagináveis, cumprem a missão de iniciar a nova geração da espécie. São as responsáveis naturais pelo equilíbrio ecológico da floresta. Além da função biológica, os índios e caboclos, conhecedores dos mistérios das matas, atribuem a elas qualidades curativas, mágicas e ornamentais.

A mucunã é um amuleto de proteção. O mulungu, no bracinho dos bebês, é usado contra quebrante e mau-olhado. Colares e pulseiras formam parte da indumentária que distingue uma tribo da outra. Os maracás, feitos com cabaça, cocos e sementes, são instrumentos fundamentais nos rituais indígenas, marcando o ritmo que guia as cerimônias.

Os mais antigos artesãos da Amazônia nos ensinaram a descobri-las, investigá-las e aproveitá-las.

Bonitas e originais, os desenhos das sementes surpreendem por sua geometria perfeita. As formas da natureza são criações de uma arte maior, que nos convida a observar, apreciar e ensinar ao mundo o seu valor.

O Trabalho de Beneficiar as Sementes

A Vila Céu do Juruá é um “Reinado de Palmeiras”, onde o açaí ocupa o primeiro lugar no posto da ocorrência: em todas as trilhas, todos os quintais, açáis velhos e novos compartilham o espaço com as outras espécies. As sementes são abundantes e após preparar o suco, são colocadas para desidratar.

O Tucum tem o seu reinado particular, pertence ao tipo de palmeiras que geralmente ocorrem em grupo, dando assim um toque distinto na paisagem e facilitando a coleta das matérias-primas.

O paxiubão e a paxiubinha são espécies que também ocorrem em grupos formando um belo reinado: o paxiubão, com sua curiosa barriga

na parte superior do caule branco e liso e a paixubinha com suas raízes espinhosas de 2 m de altura, capazes de abrigar uma pessoa ou mesmo um animal, quando buscam se proteger das onças na mata.

Quando começamos o mapeamento das espécies existentes na comunidade, as sementes nos guiaram na pesquisa da diversidade do “Reinado das Palmeiras”. Elas nos aguardavam nas beiras dos caminhos, dos igarapés, escondidas entre folhas e terra úmida.

Colhendo sementes, vamos nos aproximando das palmeiras, criando nossa relação com a natureza. Coletar as matérias-primas com respeito é uma parte importante do nosso trabalho, pois são elas quem nos fornecem o alimento.





Açai polido e colorizado

ESPÉCIES COMUNS UTILIZADAS NA COMUNIDADE DA VILA CÉU DO JURUÁ E EM COMUNIDADES INDÍGENAS DO ALTO JURUÁ

AÇAÍ

Nome indígena: Panã Isã

Processo de beneficiamento: : Depois de colhido o cacho da palmeira, feito o vinho com a polpa, as sementes são desidratadas, lixadas, polidas, furadas, tingidas ou mantidas na cor natural.



Jarina natural e tingida

JARINA

Nome indígena: Hepe

Processo de beneficiamento: A palmeira baixa facilita a coleta. Os ouriços são abertos e dentro encontram-se as castanhas. Elas são descascadas, desidratadas, podem ser tingidas e fatiadas. Alcançam uma durabilidade semelhante ao marfim, possível de ser esculpida.



Jarina fatiada

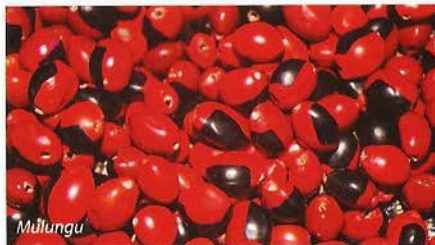
PATOÁ

Nome indígena: Isã

As sementes são desidratadas, lixadas e polidas, podendo ser aproveitadas na sua forma natural e também fatiadas.



Patoá polido e fatiado



PAXIUBINHA E PAXIUBÃO

As sementes são limpas, desidratadas, furadas e polidas.

MURMURÚ

Nome indígena: Pani

As sementes podem ser usadas na forma natural ou lixadas e polidas. Também podem ser fatiadas e desidratadas deixando assim a castanha dura, para em seguida serem lixadas e polidas.

COCO TUCUMÃ

As sementes são utilizadas naturalmente e também fatiadas. Cada semente contém uma castanha no centro com aspecto de marfim, que, sofre ao ser desidratada, retração e pode ser preenchida por massas coloridas, formando desenhos abstratos.

BALSEIRO / TAPERIBÁ

As sementes são lavadas e escovadas, cortadas ao meio, lixadas e polidas. A sua forma de cinco gomos, depois de cortada, apresenta desenhos de flores e estrelas. É de grande durabilidade. Só é encontrada nas beiras dos igarapés. As sementes são colhidas no pé da árvore, e pouco se conhece sobre elas.

MULUNGÚ

As sementes são limpas, desidratadas e fatiadas. No centro da castanha depois de fatiada, é necessário nova limpeza para encontrar os desenhos de flores e também abstratos. É possível preencher o desenho interior das sementes com massas especiais e pedras coloridas.

UXIRANA

As sementes são limpas, desidratadas e fatiadas. No centro da castanha depois de fatiada, é necessário nova limpeza para encontrar os desenhos de flores como também desenhos abstratos. É possível preencher o desenho interior das sementes com massas especiais e pedras coloridas.

COCO JACI

As sementes são limpas e cortadas. Suas castanhas são removidas gerando um desenho peculiar no centro da peça, que podem ter um, dois, ou três furos. Por último elas são lixadas e polidas.

COCO INAJÁ

O coco é colhido quando o cacho cai no pé da palmeira.

Sua polpa é aproveitada pelo homem e suas sementes, depois de serem desidratadas, são usadas tanto na sua forma natural como fatiadas, lixadas e polidas. Depois de fatiada, a castanha é retirada, sendo o lugar preenchido por massas pigmentadas naturalmente.

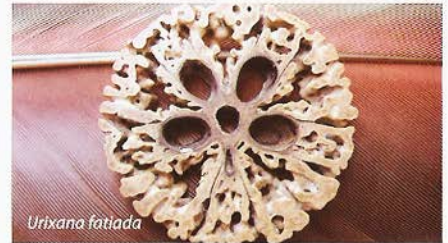
MARAJÁ

Nome indígena: Xini

São extraídas varetas que podem ser raspadas, cortadas, desidratadas e furadas. Sua coloração preta e brilhante é natural.

COCÃO

A semente deve ser limpa e fatiada. Suas castanhas são removidas, descobrindo os desenhos do interior da peça. As peças são lixadas e polidas.



ARTESANATOS E BIOJOIAS

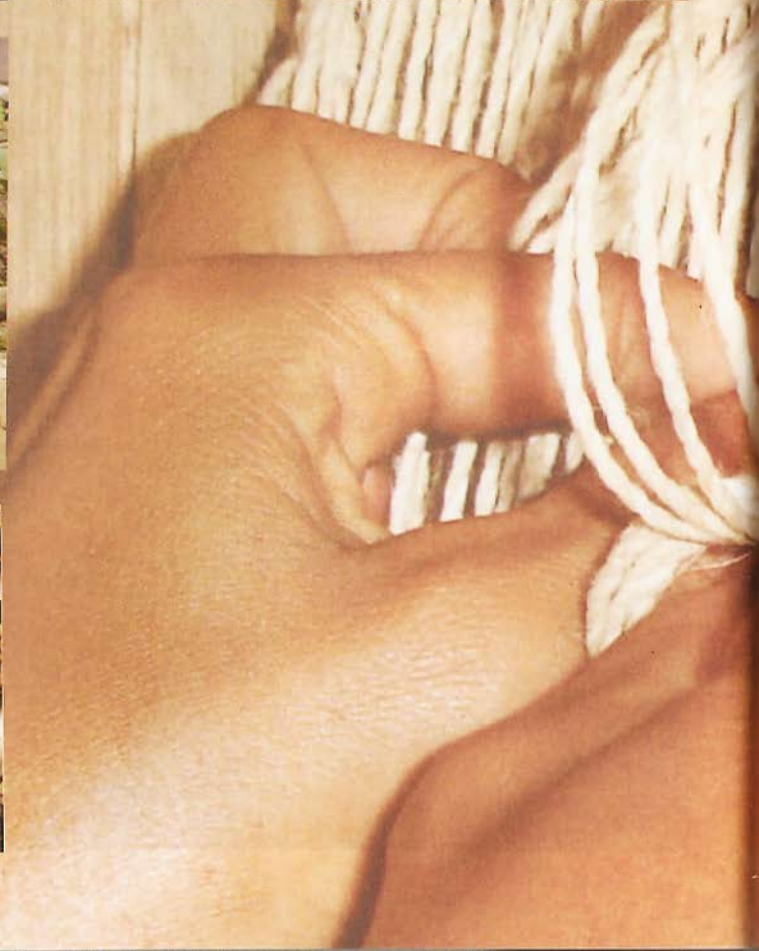
O trabalho de beneficiar as matérias-primas da floresta deve ser considerado uma arte em si. Para elas ficarem no ponto de serem peças prontas para colares, cintos e demais acessórios, o artesão aprendiz deve saber identificar cada espécie de semente e também qual a melhor forma de beneficiá-la, segundo suas características. É necessário um conjunto de técnicas, algumas manuais e outras com equipamentos específicos. Este trabalho precisa de muita precisão, paciência, delicadeza e bom gosto.

O processo de criação de uma biojóia pode ser resumido em cinco etapas. A primeira é a coleta da matéria-prima, sendo necessário o conhecimento da localização da espécie e a época da safra. A segunda é a desidratação em uma estufa, onde as sementes são distribuídas em bandejas. Na terceira são aplicadas técnicas de beneficiamento: furar, limpar, lixar, fatiar, polir etc. A quarta etapa é a produção de peças, onde cada rodela de jarina, tucumã ou jaci é uma medalha em potencial, que deve ser afinada com distintos tipos de lixa, até sua superfície ficar macia. O polimento é o toque final, que dá o brilho duradouro na peça, sem a necessidade de utilizar matérias industrializados como verniz ou laca.

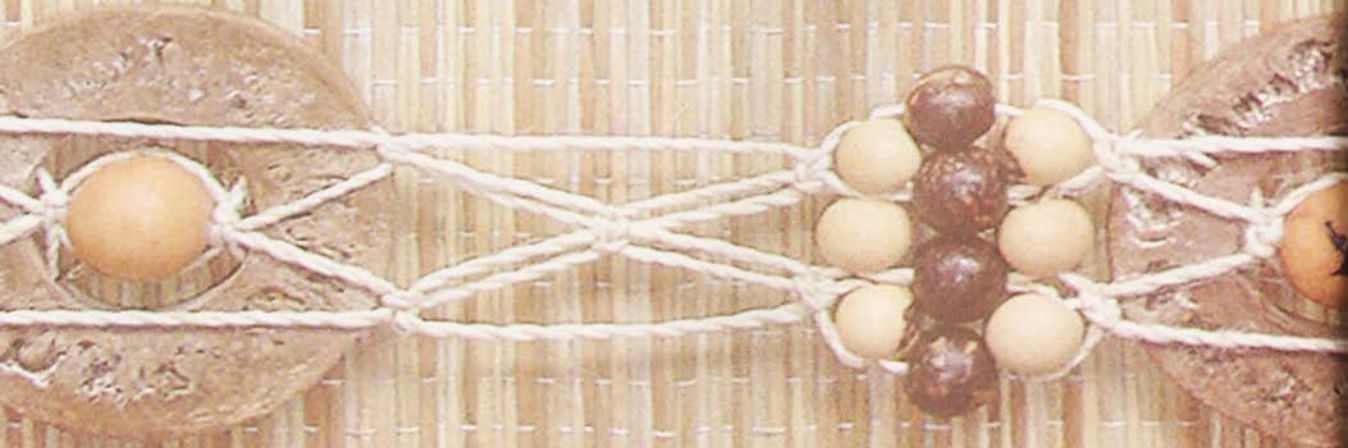
A quinta e última etapa é o processo de montagem. Esta fase do trabalho inclui técnicas específicas, como o macramé, tear, crochê, entre outras com a linha do Tucum. É o momento para se desenvolver a criatividade, escolhendo as sementes ao seu gosto e, de preferência, fazendo primeiro o desenho no papel (design) e depois com as matérias-primas selecionadas.

As sementes são as jóias da floresta, mensageiras da preservação, da beleza e da subsistência. O trabalho com o artesanato nos auxilia na concentração e meditação, funcionando como uma arte e uma terapia, nos ajudando a observar a natureza em silêncio

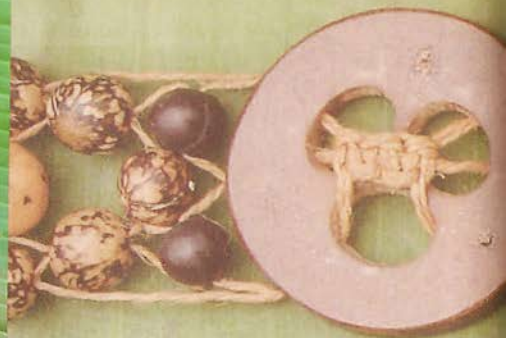














CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do atual modelo de desenvolvimento na Amazônia, o direito de ocupação do território e reprodução sociocultural das populações ribeirinhas, vem perdendo espaço frente ao avanço de políticas públicas que priorizam atividades econômicas voltadas para o enriquecimento de um pequeno número de pessoas, que não vivem no ambiente amazônico e nem dele dependem para sua sobrevivência.

A exploração madeireira, a bovinocultura de corte e as monoculturas de soja e cana-de-açúcar, são exemplos de atividades que ocupam grandes extensões de terra, e dependem da supressão constante da cobertura florestal, contribuindo para a exclusão e a marginalização das populações nativas. Trazem consigo diversas outras consequências ambientais e sociais que vêm abrindo espaço para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Um modelo que considere as necessidades das populações locais, a preservação do rico bioma Amazônico e o uso de tecnologias limpas.

As atividades extrativistas, que valorizam e preservam as riquezas da floresta, fazem parte da herança deixada pelas gerações passadas que habitaram o solo amazônico e desenvolveram um rico conhecimento sobre a utilização e o manejo de diversas espécies florestais. A valorização do conhecimento tradicional destes povos está baseada no modelo comunitário, ecológico e espiritualista de ocupação dos ambientes amazônicos, proposto pela Vila Ecológica Céu do Juruá.

O projeto Linha do Tucum ao implantar na comunidade a Oficina Escola de Artesanato, vem não só possibilitar a disseminação da técnica ancestral de fiação do Tucum através da formação e capacitação de um grupo de artesãos e artesãs locais, mas também estimular o intercâmbio de conhecimentos e matérias-primas com outras comunidades, promovendo o desenvolvimento do estudo e manejo agroflorestal das espécies utilizadas, a fim de garantir o equilíbrio ecológico da atividade extrativista.

Além dos benefícios materiais, como a aquisição de ferramentas e a construção de estruturas, benefícios culturais/imateriais também foram alcançados: ele-

vação da autoestima e autoimagem e maior socialização e valorização do “saber fazer”. Os jovens vão garantindo a transmissão do conhecimento.

A elaboração do artesanato caboclo com a linha do Tucum é uma aula de arte e educação ambiental. Abrange uma gama de conhecimentos e técnicas específicas. A soma desses conhecimentos traz um diferencial ao artesanato local, aumenta a renda familiar e ajuda a redefinir a própria cultura, ampliando a resistência social e política de um povo marcado pela exclusão.

Podemos falar de uma arte cabocla, originária da arte indígena, como um elemento importante na construção da identidade individual e coletiva da comunidade. Não se concentra apenas na produção de objetos, mas alcança outros domínios, integrando diferentes sistemas culturais, que vão do uso diário ao uso ritual.

Cabe ressaltar, contudo, que esse trabalho foi apenas iniciado, se considerarmos o desafio da autosuficiência local. Para que essa escola de fato prospere, torna-se necessário o aprimoramento constante das técnicas artesanais; o estudo sistemático dos ecossistemas presentes, para a criação de um plano de manejo; o fortalecimento das formas associativistas de organização do trabalho; a capacitação da comunidade na gestão dos seus recursos naturais, humanos e financeiros; a busca por mercados que incluam a difusão de informações e conhecimentos para a escoação dos produtos artesanais e o desenvolvimento de mecanismos de conexão com o mundo moderno.

Tendo em vista o caráter fundamentalmente pedagógico desse trabalho, esperamos que pela via da educação crítica, transformadora e emancipatória, seja possível construir um modelo de desenvolvimento calcado em valores comunitários e ecológicos.

O artesanato, com recursos florestais não madeireiros, se apresenta, como uma alternativa segura no caminho da sustentabilidade e, com certeza, uma das melhores formas de se manter a “floresta em pé”, aliando o uso à conservação do meio ambiente. O resgate da cultura do Tucum ajudará a conservar essa espécie, porque tanto a matéria-prima (a linha) como o produto acabado (artesanato), agregam valor comercial e com isso as florestas ricas em Tucum podem ser preservadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO:

ABREU, Regina. A Emergência do Patrimônio Genético e a Nova Configuração no Campo do Patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.) Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina (2a edição), 2008.

_____. Tesouros Humanos Vivos ou quando pessoas transformam-se em patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.) Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina (2a edição), 2008.

ARAÚJO, Ana Valéria e CAPOBIANCO, João Paulo (org.). Biodiversidade e Proteção do Conhecimento de Comunidades Tradicionais. Publicado por: Instituto Socioambiental. Documentos do ISA n. 2, nov. 1996.

ÁVILA, Thiago Antônio Machado. "Não é do jeito que eles quer, é do jeito que nos quer": Biotecnologia e o Acesso aos conhecimentos tradicionais dos Krahô", in: GROSSI, Miriam Pillar, HEILBORN, Maria Luiza e MACHADO, Lia Zannota (orgs.) – Antropologia e Direitos Humanos, vol. 4. Florianópolis, ABA/Nnova Letra, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) Patrimônio Imaterial e Biodiversidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 32, Brasília, Ed. IPHAN, MINC, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando. Uma Natureza Nacional: entre a universalização científica e a particularização simbólica das nações., in: Anais do MHN, RJ, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. ed. UFRJ, MinC, IPHAN, 1997. _____ . Para Além da Pedra e Cal. in: Abreu, Regina e Chagas, Mário (org.) Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina (2a edição), 2008.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas. São Paulo: Iepé, 2006.

RICARDO, Fany. Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições, SP, Instituto Socioambiental, 2004.

SANT'ANNA, Márcia G. de. Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção, in: Abreu, Regina e Chagas, Mário (org.) Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina (2a edição), 2008.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. A Desmaterialização do Patrimônio, in: Londres, Cecília (org.) Patrimônio Imaterial, Revista Tempo Brasileiro n. 147, RJ, 2001.

Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas: <http://www.institutowara.org.br/documentos.asp>

Convenção sobre os povos indígenas: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/indios/conv89.htm>;

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: <http://unesdoc.unesco.org/imagens/oo13/00132540POR.pdf>

Povos Indígenas no Brasil 2001/2005 – Instituto Socioambiental, SP. www.socioambiental.org

A VIAGEM AO VALE DO JURUÁ

BALDINI, Karla Beatriz Lopes. Etnoconhecimento como ferramenta para a conservação de recursos naturais no Parque Nacional do Itatiaia. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

MELO, Alfredo Gregório. Viagens ao Juruá (Journeys to Juruá). Rio de Janeiro: Edição Cefluris, 2007.

A COMUNIDADE

CARDOSO, Fernando Henrique, MULLER G., Amazônia: a expansão do capitalismo. São Paulo: ed. Brasiliensis, 1993.

CUNHA, Manuela carneiro da, ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

FERNANDES, Vera Fróes, História do Povo Juramidam: introdução à cultura do Santo Daime. Manaus: SUFRAMA, 1986. 162 p.

FERNANDES, Vera Fróes, ROCHA, Antônio. Alquimia Vegetal. Rio de Janeiro: Record/Nova Era, 2001.

FINO, C. A Etnografia Enquanto Método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. Universidade da Madeira, 2006. Disponível em www.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf.

MÓRTIMER, Lúcio. Bença Padrinho. São Paulo, Céu de Maria, 2000.

SOUZA et al. Anfíbios. In: CUNHA, Manuela carneiro da, ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 601-614.

EDUCAÇÃO AGROFLORESTAL

DIEGUES, A. C. (editor). Etnoconservação. São Paulo: USP/NUPAUB, 2001.

FERNANDO, Luiz, KRIEGER, Mercio. Introdução à Economia Ecológica. Blumenau: Edifurb, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo, Cortez, 2004.

MORAN, Emilio, F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

PRIMAVESI, Ana. Manejo Ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

O TUCUM

CÂMARA, Manuel Arruda. Dissertação sobre plantas do Brasil que podem dar linhas. Rio de Janeiro: Ed. Dantas, 2008.

FERREIRA, Evandro Linhares. Manual das Palmeiras do Acre, Brasil. Rio Branco, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ Universidade Federal do Acre, 2005.

FILHO, Manuel Ferreira Lima et al. Antropologia e Patrimônio cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RIBEIRO, Berta. As artes têxteis indígenas no Brasil. In. Ribeiro, Berta, Suma Etnológica Brasileira, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, FINEP, 1986, pág. 351-375)

Site Visitado: www.amazontribes.com <<http://www.amazontribes.com>> (fotografia de Joel West: indígenas manuseando a fibra do Tucum).

ESPÉCIES BOTÂNICAS DO ARTESANATO

ALBAGLI, S. Geopolítica da Biodiversidade. Brasília: edições IBAMA, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Biodiversidade 31. Áreas prioritárias para conservação, Uso Sustentável e

Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília. 2007.

BRUCE, Richard, W. As Florestas da Amazônia: espécies, sítio, estoque e produtividade. Brasília: ed. IBAMA, 2001.

CORRÊA, Manuel Pio. Dicionário das Plantas Úteis do Brasil. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1984.

CLAY, Jason W. SAMPAIO, Paulo de T. B, CLEMENT, Charles R. Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização. INPA. Manaus-AM. 2000.

COSTA, Marcondes et al. Jarina, o Marfim da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2008.

DUCKE, Adolfo. As leguminosas da Amazônia Brasileira. Notas sobre a flora Neotropical. Belém-PA. 1949.

FERREIRA, E. L. Manual das palmeiras do Acre, Brasil. Rio Branco: Instituto Nacional Pesquisas/ Universidade Federal do Acre, 2006. 212p. Disponível em:
http://www.nybg.org/bsci/acre/www1/manual_palmeiras.html.

FERRAZ, Miguel. Apoio Técnico ao Grupo de Artesanato de Produtos Florestais Não Madeiros da Flona do Purus, Amazônia Ocidental, Brasil. Universidade Federal de Viçosa. Monografia. Ined.

HENDERSON. A., GALENO. G., BERNAL, R. Field guide to the palms of the Americas, 3^o ed. New Jersey: Princeton University Press, 1995. 236 a 238p. 352p.

LORENZI, Harri. Palmeiras Brasileiras e Exóticas Cultivadas. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 2004.

LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1992.

LOUREIRO, A.A. Silva, M.F. da; Alencar, J.C. 1979. Essências madeiras da Amazônia. INPA, Manaus. 187 pp.

MACHADO, Frederico Soares. Manejo de Produtos Florestais Não Madeiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 2008.

PRIMACK, Richard B., RODRIGUES, Efraim. Biologia da Conservação. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

RÄTSCHE, Christian. The Eyclopedia of psychoactive plants: ethnopharmacology and its applications. Rochester: Park Street Press, 2005.

SHANLEY, Patrícia. MEDINA, Gabriel. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica. CIFOR. Imazon. Belém-PA. 2005.

SEMENTES E ARTESANATO

CUNHA, Manuela Carneiro da, ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GAVAZZI, Renato Antônio. Chegou o Tempo de Plantar as Frutas. Rio Branco-AC: Comissão Pró-índio do Acre, 2000.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Herança Viva de Outros Tempos. In: FURTADO, Rogério (org.). Scientific American Brasil. São Paulo: Duetto Editorial, 2008. – (Coleção Amazônia. Origens).

Ficha Técnica do Projeto

Instituto de Estudos da Cultura Amazônica

Coordenação do Projeto: Vera Fróes Fernandes – Historiadora

Equipe técnica: Alexandre Quinet – botânico consultor; Regina Abreu – antropóloga consultora; Arlete Maciel - mestra-artesã; Nancy Katz – mestra -artesã; Adriano Grioni – mestre-artesão; Gabriel Domingues – turismólogo, pesquisador; Nina Lys de Abreu – bióloga, pesquisadora assistente; Veraluz Imperial – pesquisadora assistente, estagiaria; Déborah Minardi – assessora de comunicação; Nolton Nunes – documentarista.

Equipe local: Alfredo Gregório de Melo- líder comunitário; Adail Saraiva - presidente da Associação de Moradores; José Francisco de Oliveira – coordenador de artesanato na comunidade; Ricardo Mota – monitor de artesanato

Mães-fiandeiras do Tucum: Francisca Maria Alves da Silva, Francisca Nonata da Costa, Maria Simão Ferreira, Edilene Firme da Silva, Maria Rosineide Mendes.

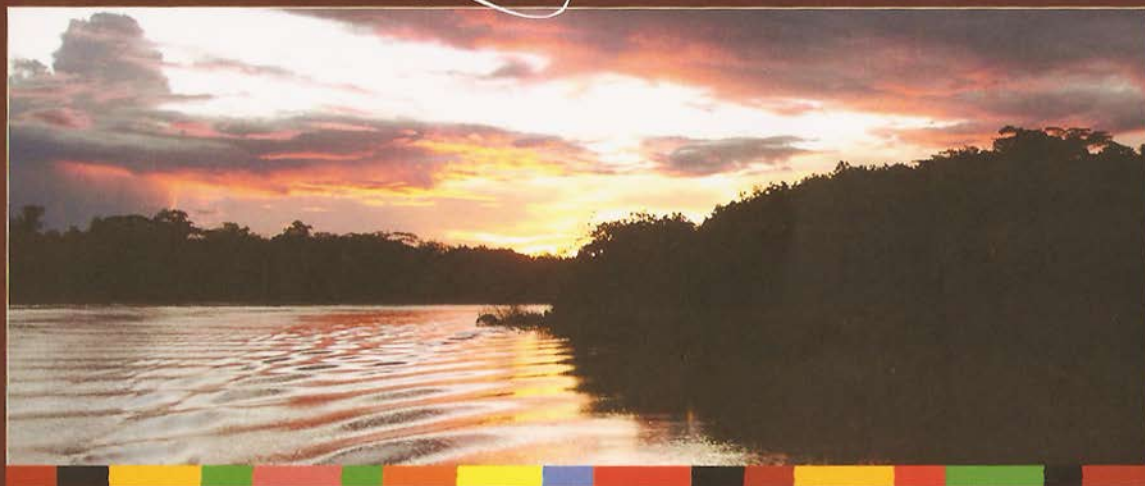
Alunas Fiandeiras: Luzinete Rocha da Silva, Conceição de Oliveira, Francisca Antonia Mendes da Silva, Maria Izamilde Silva de Mesquita, Maria Auxiliadora Simão de Oliveira, Maria Vanderlene Silva de Oliveira, Maria José Simão de Oliveira, Maria Lita Firme da Silva, Vanusa Silva de Oliveira Firme, Maria Alzeni Simão de Oliveira, Maria Vaneide Simão de Oliveira, Maria Nonata Firme da Silva, Santana da Costa e Marlize.

Grupo de Artesãos: Francisco Matias Simão de Oliveira, Tiago Silva de Oliveira, Cosmo de Souza da Silva, Deusimar Alexandrino de Oliveira, Antônio Francisco Firme da Silva, Nercil Mota Melo, José Francisco Simão de Oliveira, Sebastião Francisco Simão de Oliveira, Vanderlei Silva de Oliveira, Deucimar (Dedéo), Jean Mendes da Silva, Luciano Mesquita de Oliveira, Jugliane Mendes da Silva, Geovani Mendes da Silva, Eduardo Alves Pereira, Ronaldo Ferreira de Souza.

Escola Municipal Vila Céu do Juruá: José Campos dos Reis, Cristianne Patrícia de Santana e Victor Maia - professores da Escola Municipal Vila Céu do Juruá.

Esse livro foi composto em tipos Myriad Pro, Minion Pro e Scriptina
por Guta Studio Ltda, e impresso nas oficinas da Stamppa Grupo Gráfico
em março de 2010

Linha do Tucum



O presente livro integra o projeto "Linha do Tucum: Artesanato Amazônico", que teve como ponto de partida a disseminação da técnica ancestral de fiação da fibra da palmeira Tucum (*Astrocaryum chambira*) entre as mulheres da comunidade Vila Ecológica Céu do Juruá, município de Ipixuna-AM, e a capacitação de um grupo de artesãos na coleta, beneficiamento e manejo das sementes de outras espécies de palmeiras e leguminosas presentes na rica biodiversidade do Médio Juruá. Destacamos o personagem Tucum, "entidade palmeira" de especial grandeza no universo material e mítico da comunidade. Sua história está intimamente ligada às tradições indígenas, aos ciclos da borracha e à vida nos antigos seringais. Com essa linha tecemos o fio da história de uma comunidade que vem superando os desafios de sobreviver na floresta, com uma coragem, fé, habilidade e solidariedade admiráveis.



ISBN 978-85-63405-00-5



9 788563 405005

Patrocínio:



Realização:



Apoio:

